

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

MYKAELA ETHIENE CARVALHO SILVA

**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL E MICROCRÉDITO:
O Banco do Povo Paulista em Franca-SP - de 2013 a 2018**

**FRANCA
2019**

MYKAELA ETHIENE CARVALHO SILVA

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL E MICROCRÉDITO:
O Banco do Povo Paulista em Franca-SP - de 2013 a 2018

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho.

FRANCA
2019

MYKAELA ETHIENE CARVALHO SILVA

**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL E MICROCRÉDITO:
O Banco do Povo Paulista em Franca-SP- de 2013 a 2018**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho.

Franca, novembro de 2019.

Orientador: _____

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho.

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Examinador: _____

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Betarello

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Examinador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

AGRADECIMENTO

Estudar Economia foi a realização de um sonho, e a conclusão desta jornada foi possível somente com apoio de pessoas muito especiais, as quais agradeço a seguir:

Agradeço:

A minha querida mãe Isa Carvalho, por acreditar, incentivar e compreender, e principalmente, pelo amor.

Ao meu pai Sebastião Vitor da Silva, pois a vida já foi o presente;

Aos meus irmãos queridos: Pâmela, Alyson, Vitória, Pedro, Nathan, Nikolas e Eduardo. Aos mais velhos, por me ensinarem o caminho pela vida. Aos mais novos, pois ser um exemplo era minha grande motivação;

Agradeço também a minha sobrinha Lavínia;

A minha avó, Neyde Alonso, sua dedicação em minha criação me permitiu acreditar em sonhos;

A minha avó, Benedita da Silva, cuja força e coragem me guiam;

Aos meus amigos, Drielle, Helton e Lígia expressei minha profunda gratidão. Amar, acolher e abraçar foram remédios diários que me fizeram superar todas as dificuldades.

Ao meu orientador Prof. Hélio Braga Filho, cujos incentivos e correções levarei durante a vida toda;

Ao Prof. Márcio Benevides Lessa, expressei minha gratidão por ter observado além da superfície. Sua compreensão e feedback permitiram que a caminhada fosse mais leve;

Aos demais professores do Centro Universitário Municipal de Franca, responsáveis pelo crescimento intelectual adquirido, foi uma honra aprender com vocês;

Aos colegas de classe, com quem dividi momentos de reflexão e aprendizado, pela parceria e por tantas experiências;

Por fim, sou grata por todos aqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Instituições cadastradas, número de operações e crédito concedido pelo PNMPO em 2018 | 42 |
| Tabela 2 - Participação percentual dos setores no nível de empregos formais em Franca-SP entre 1991 – 2002..... | 52 |
| Tabela 3 - Participação setorial no valor adicionado na cidade de Franca-SP 2003-2016 (Em %)..... | 53 |
| Tabela 4 – Vínculos ativos na cidade de Franca-SP entre 2013 e 2018..... | 54 |
| Tabela 5 - Abertura de empresas em Franca-SP - 2013 A 2018 | 54 |
| Tabela 6 - Número de MEIs em Franca em 2019 por setor e gênero em 2019 | 56 |
| Tabela 7 - Principais atividades do MEI em Franca até 10/10/2019 | 57 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Visões de Desenvolvimento | 23 |
| Quadro 2 - Teorias de desenvolvimento local em dimensões..... | 24 |
| Quadro 3 - Dimensões e aspectos do desenvolvimento local | 25 |
| Quadro 4 - Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local..... | 28 |
| Quadro 5 - Primeiras experiências de Microcrédito Produtivo..... | 35 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Perfil dos clientes do PNMPO: Gênero por região..... | 41 |
| Gráfico 2 – Perfil dos clientes do PNMPO: Personalidade jurídica por região | 42 |
| Gráfico 3 – Crescimento das MEIs no Brasil..... | 43 |
| Gráfico 4 – Vínculos ativos e vínculos ativos na indústria em Franca-SP de 1991 a 2002 | 49 |
| Gráfico 5 - Variação no número de Microempreendedores Individuais em Franca-SP de 2013 a 2018 | 52 |
| Gráfico 6 – Vínculos ativos e cadastro de MEIs em Franca-SP entre 2013 e 2018.. | 56 |
| Gráfico 7 – Empréstimos pelo Banco do Povo Paulista em Franca entre 2013-2018 | 56 |
| Gráfico 8 – Motivos de negativa de crédito BBP em Franca | 58 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Gráfico do Crescimento anual do PIB – 1960-2018 | 18 |
| Figura 2 - Taxa de crescimento do PIB, desocupação e empreendedorismo por necessidade 2013-2018 | 21 |
| Figura 3 – Objetivos e políticas na estratégia de desenvolvimento..... | 27 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|--|
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| BC | Banco Central |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BPP | Banco do Povo Paulista |
| CEPAL | Comissão Econômica Para A América Latina e o Caribe |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| COFINS | Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social |
| CSSL | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido |
| DEL | Desenvolvimento Econômico Local |
| DLIS | Desenvolvimento Local Integrado Sustentável |
| FAT | Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INSS | Instituto Nacional de Seguridade Social |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| IR | Imposto de Renda |
| MEIs | Microempreendedores Individuais |
| MP | Medida Provisória |
| MPO | Microcrédito Produtivo Orientado |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PDI | Programa de Desenvolvimento Institucional |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PMEs | PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua |
| PNMPO | Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado |
| PRODEM | Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa |
| SCM | Sociedades de Crédito ao Microempreendedor |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa |
| SERT | Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho |

SPE

Secretaria de Política Econômica

TAC

Taxa de Abertura de Crédito

RESUMO

Resumo: O Microcrédito Produtivo Orientado é um dos produtos de Microfinanças destinado a fornecer crédito para a atividade produtiva da população de baixa renda. Seu papel é dar acesso a oportunidade de geração de renda aqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho. O objetivo geral deste trabalho foi analisar o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) executado pelo Banco do Povo Paulista (BPP) – Unidade Franca, durante os anos de 2013 a 2018, como resposta ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira o microcrédito pode contribuir para o desenvolvimento econômico local? O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e empírica por meio dos dados do Banco do Povo Paulista. Os resultados encontrados na literatura sobre desenvolvimento econômico local (DEL) e microcrédito serviram de base na escolha do BPP para análise dos dados. Este trabalho se justifica pela necessidade de avaliar esta política pública de caráter social para redução dos efeitos do desemprego na cidade de Franca-SP. Os resultados encontrados confirmaram a hipótese de que o MPO é tão somente uma ferramenta de política pública capaz de proporcionar ocupação, contudo com pouco ou nenhum efeito para o nível de emprego geral, e sem contribuição para o desenvolvimento econômico local.

Palavras-chave: Microcrédito, Desenvolvimento econômico local, Banco do Povo Paulista.

ABSTRACT

Resumo: Productive Oriented Microcredit is one of the microfinance products designed to provide credit for the productive activity of the low-income population. Its role is to provide access to income generating opportunities for those who are excluded from the formal labor market. The general objective of this paper was to analyze the Productive Oriented Microcredit (MPO) executed by Banco do Povo Paulista (BPP) - Franca Unit, during the years 2013 to 2018, in response to the following research problem: how can microcredit contribute to for local economic development? The work was based on bibliographic and empirical research using data from Banco do Povo Paulista. The results found in the literature on local economic development (LED) and microcredit were the basis for choosing the BPP for data analysis. This work is justified by the need to evaluate this social public policy to reduce the effects of unemployment in the city of Franca-SP. The results confirmed the hypothesis that the MPO is merely an occupation generation policy, with little or no effect on the general employment level, and with low contribution to local economic development.

Keywords: Microcredit, Local Economic Development, People's Bank Paulista.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL | 16 |
| 2.1 PANORAMA ECONOMICO BRASILEIRO | 17 |
| 2.2 ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL | 22 |
| 3 MICROFINANÇAS | 31 |
| 3.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO MICROCRÉDITO NO BRASIL | 33 |
| 3.2 MICROCRÉDITO E REDUÇÃO DA POBREZA | 42 |
| 3.3 BANCO DO POVO PAULISTA..... | 45 |
| 4 O MUNICIPIO DE FRANCA | 48 |
| 4.1 RESULTADOS | 53 |
| CONCLUSÃO..... | 58 |
| REFERÊNCIAS..... | 60 |

1 INTRODUÇÃO

Devido ao quadro de instabilidade econômica enfrentado pelo Brasil entre 2014 e 2018, a taxa de desemprego saltou de 6,7 para 12%. O principal resultado do quadro de desocupação foi o aumento da informalidade, através de trabalho terceirizado, temporário ou na abertura de microempreedimentos.

Para que a população de baixa renda possa encontrar na atividade individual e microempresária o acesso ao trabalho, é necessário promover o acesso a serviços e programas de fomento ao empreendedorismo. Dessa forma, a articulação local de diversos atores pode possibilitar o enfrentamento ao desemprego.

A articulação local requer políticas específicas, embasadas pela teoria do Desenvolvimento Econômico Local (DEL). O DEL é definido por Llorens (2001) como um processo reativador da economia local, que aproveita os recursos disponíveis e estimula o crescimento, gerando emprego. E argumenta que somente através de um ambiente favorável a inovação é possível alcançar esse objetivo. Em uma localidade cujo tecido empresarial é essencialmente composto por microempreendedores e pequenas e médias empresas(PMEs), esse ambiente se torna ainda mais necessário. (LLORENS, 2001)

A criação de um ambiente favorável implica em facilitar o acesso a serviços, como os financeiros. O acesso a serviços financeiros pela população de baixa renda e microempreendedores foi ampliado a partir de 2003, através da facilitação de abertura de contas bancárias pelos atendidos de políticas de assistência social e ampliação do crédito pessoal, e os avanços na legislação para o segmento de Microcrédito Produtivo Orientado.

As regulações deste segmento foram intensificadas a partir do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em 2005 e do Crescer, em 2011. O PNMPO é considerado ora como política econômica ora como política social (COSTA, 2010), com objetivo de gerar ocupação e renda, concedendo crédito de R\$200 a R\$20.000 reais para microempreendedores formais e informais, com taxa de juros reduzida. A partir do PNMPO, bancos tradicionais públicos e privados aumentaram a oferta de microcrédito.

Acerca das dificuldades do trabalho e do emprego na atualidade, estudiosos de microfinanças e seus impactos discutem se o acesso ao crédito para a população de baixa renda tem o potencial de gerar emprego, ou, se apenas funciona como ocupação, como parte de um programa social.

Neste sentido, este trabalho tem a intenção de estudar como funcionou o acesso ao Microcrédito Produtivo Orientado concedido pelo Banco do Povo Paulista na cidade de Franca-SP, entre 2013 a 2018, durante ciclo econômico de crise e recuperação. A justificativa deste trabalho está na avaliação dos efeitos dessa política pública e ampliação de bibliografia sobre o tema. O problema de pesquisa orientador foi de que maneira o microcrédito produtivo orientado pode contribuir para o desenvolvimento econômico local?

Este trabalho se fundamentou em uma pesquisa exploratória, inicialmente bibliográfica, fundamentada em dados secundários. A revisão da literatura conduzida no início da pesquisa auxiliou na escolha da instituição estadual Banco do Povo Paulista por se tratar de uma instituição pública, articulada entre os âmbitos estadual e municipal, que concede a menor taxa de juros entre as instituições do país e de maior acessibilidade a população de baixa renda.

A abordagem da pesquisa tem natureza quantitativa, pois pode ser caracterizada pela busca por uma compreensão detalhada das características situacionais do objeto de estudo, e por quantificar tais características. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o MPO executado pelo Banco do Povo Paulista durante os anos de 2013 a 2018. Os indicadores selecionados para mensurar a pesquisa foram:

- Número de cadastros no MEI em Franca, que se relaciona com o aumento do trabalho autônomo como consequência da crise;
- Saldo de empregos formais no município, considerando a movimentação do emprego na cidade;
- Volume de crédito e número de operações do BPP que foi utilizado como indicador do alcance no período analisado;

Este trabalho é composto por mais três seções além desta introdução.

A seção 2 é voltada ao estudo do Desenvolvimento Econômico Local, após breve panorama do cenário macroeconômico; a seção 3 explora o desenvolvimento institucional das Microfinanças, as iniciativas do microcrédito diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico local, seguido da

caracterização do Banco do Povo Paulista; a seção 4 consiste na caracterização do município de Franca e a discussão dos resultados da pesquisa; seguido de conclusão.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O acesso ao emprego e a renda garante o direito de inserção do indivíduo na sociedade. Isto quer dizer que, é através da atividade produtiva que as pessoas poderão desenvolver-se e ampliar sua liberdade. Paul Singer (*apud* ABRAMOVAY, 2004), diz que é certo que uma economia capitalista não tem capacidade de empregar todos que precisam de emprego e que ao lado de uma economia capitalista continuará existindo uma vasta economia popular composta por pequenos empreendedores individuais e familiares.

A partir da revolução tecnológica ao final da década de 2010 e diante das crises do capitalismo, mesmo trabalhadores qualificados encontraram dificuldades para recolocar-se no mercado de trabalho. Para a população de baixa renda e níveis de escolaridade baixos, essa dificuldade é acentuada, onde os excluídos são obrigados a trabalharem por conta própria. Nesse sentido, a criação de microempreendimentos leva a uma espécie de regressão histórica ao artesanato¹ (COSTA, 2010). A informalidade representa o conceito de “uberização do trabalho”², definido por Fontes (2017), como um modelo de trabalho informal, flexível e por demanda. Neste modelo, o trabalhador arca com os riscos da atividade profissional, não possui garantias, e pode trabalhar muito além do que é considerado permitido por lei. Araújo e Morais (2017) conceitua este modelo como a precarização das relações de trabalho, pois o trabalhador está totalmente desamparado pela legislação. A síntese destes conceitos é que apesar das consequências do trabalho informal e autônomo, a população de baixa renda encontra neste modelo a sua subsistência.

Estes fatores indicam a necessidade de formular políticas públicas voltadas a geração de emprego produtivo. Para isso, o estudo do Desenvolvimento

¹ O autor descreve como a manufatura subordinou o trabalhador, portador apenas de sua habilidade pessoal. Na era da grande indústria o trabalhador subordinou-se ao progresso técnico. Quando o trabalhador retorna ao uso exclusivo de sua habilidade pessoal, retoma a manufatura.

² O termo “Uberização” vem da empresa Uber, que fornece serviço de transporte por aplicativo. A atividade absorveu parte dos desempregados pela crise. A empresa possuía mais de 600 mil motoristas cadastrados em 2019. (PELEGI, 2019).

Econômico Local é necessário, pois as o cenário macroeconômico pode não alcançar as localidades mais remotas. A evolução do Desenvolvimento Econômico Local segue descrita nesta seção diante do panorama macroeconômico brasileiro.

2.1 PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

O desenvolvimento da economia brasileira foi marcado pelo governo central no papel de impulsionador do investimento, a partir da década de 1920, sendo intensificado na década de 1930 com o início da indústria através do plano desenvolvimentista de Getúlio Vargas (1934-1954). A expansão da indústria brasileira foi fortemente intensificada entre 1950 e 1960, através do Plano de Metas, que instalou um conjunto amplo e diversificado de setores industriais. A expansão dos investimentos ocorreu principalmente nas empresas estatais.

Na década de 1970, países em desenvolvimento apresentaram crescimento superior aos países desenvolvidos, segundo Llorens (2001). O Brasil foi um dos países que se destacou no pós-guerra (1945-1980) entre os países em desenvolvimento que apresentou maior dinamismo econômico (LAMONICA, FEIJÓ, 2011). Este período foi marcado pelo ciclo virtuoso de crescimento provocado principalmente pela expansão da indústria.

O ano de 1970 encontrou o Brasil já no terceiro ano do que viria a ser o mais forte ciclo de expansão de sua economia no século XX. Em seis anos (1968-1973) o país cresceu a uma taxa média anual de mais de 10% em termos reais. O crescimento da indústria superou 13% ao ano e alcançou 15% (1968 e 1973). A inflação declinou de cerca de 25% para cerca de 15% ao final do período. O balanço de pagamentos foi superavitário em cada um desses seis anos e levou à simultânea acumulação de reservas internacionais. As importações de bens de capital e de insumos intermediários foram sempre superiores a 75% da pauta total, sem prejuízo à indústria instalada: a produção doméstica de bens de capital cresceu a uma média de cerca de 20% ao ano em termos reais no período (MALANet *al.*, 2018, p.5).

A formulação cepalina³ indicava que o modelo de industrialização baseado na substituição de importações resultaria na estagnação (BIELSCHOWSKY, 2000). Este modelo tende a aumentar a dependência do setor

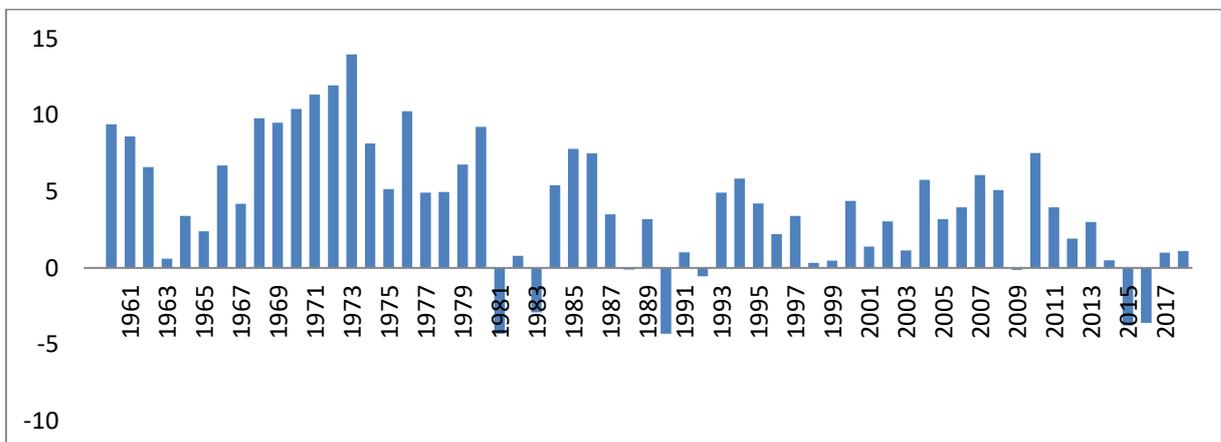
³ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

externo pois “somente a exportação permite estender o mercado efetivo, propiciando economias de escala a produção industrial” (BRASIL, 1966). A manutenção do modelo através do endividamento externo, resultou no aumento da pressão inflacionária e na crise de financiamento do Estado Brasileiro. O resultado foi a recessão econômica dos anos 1980 no Brasil.

Durante a década de 1980, conhecida como Década Perdida, o Brasil passou por uma grande crise devido à alta inflacionária que corroía a renda e mantinha o país estagnado., conforme demonstrado no gráfico 1.

O crescimento médio da economia retrocedeu para 2,9% (1980-89), ante 8,8% na década anterior, um declínio liderado pelo setor industrial. A queda da produtividade, seja em termos absolutos ou relativos, frente ao comportamento da mesma em economias na fronteira tecnológica, como os EUA, foi provavelmente consequência do aumento das barreiras comerciais, crescimento do peso das empresas estatais, e favorecimento à substituição de importações no segmento de bens de capital (com produtos mais caros e menos eficientes do que os importados), que caracterizou a política de industrialização forçada dos anos setenta (MESQUITA, 2018, p. 6).

Figura 1 – Gráfico do Crescimento anual do PIB – 1960-2018



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

O processo de estabilização econômica na década seguinte foi voltado a solução da inflação crônica e ajustes macroeconômicos. Entre os ajustes de equilíbrio do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) esteve a descentralização do Estado, iniciada com a Constituição Federal em 1988. A Constituição estabeleceu o fortalecimento do poder local, concedendo autonomia político administrativa idêntica à da União e dos Estados e ampliação de

responsabilidades dos governos subnacionais, transferindo encargos da união para estados e municípios (RIBEIRO, 2009).

Além disso, a reorganização federativa propunha uma mudança no padrão de relacionamento entre esferas do governo e entre governos e sociedade” (RIBEIRO, 2009). Os desafios da gestão descentralizada foram principalmente devido ao contexto do ajuste macroeconômico.

Em 1994 foi lançado o mais bem-sucedido plano econômico brasileiro, o Plano Real. Entre as medidas do Plano estavam a abertura econômica e financeira e regime de câmbio fixado com valorização real da moeda (RIBEIRO, 2009). O período contou com muitas privatizações e reformas institucionais pró-mercado. Nesta fase houve redução do preço dos insumos e bens de capital, o que contribuiu para a modernização dos processos produtivos. (LAMONICA, FEIJÓ, 2011). No entanto, a valorização do câmbio e a eliminação de barreiras protecionistas amentou a exposição a concorrência internacional.

A produtividade industrial se recuperou em relação aos anos 1980. Mas a melhoria da produtividade industrial estaria associada à busca pela eficiência organizacional e modernização, sem que isso significasse investimentos expressivos em capital físico. [...] Contudo, alguns setores se modernizaram nos anos de 1990, tornando-se mais competitivos internacionalmente. Segundo Miranda (2001), tais setores foram os de celulose, siderurgia, metalurgia, motores, autopeças e material de transportes. (LAMONICA, FEIJÓ, 2011, p. 127).

Após a estabilização da economia, a partir de 2000, foi possível incluir na agenda medidas econômicas expansionistas. O objetivo era retomar o protagonismo do Estado nas políticas públicas, que haviam ficado em segundo plano frente a estabilização macroeconômica.

Entre 2003 e 2010, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4% ano, (BARBOSA, 2013) e o resultado positivo em outros indicadores como taxa de desemprego, que chegou a 8%, e inflação mantida dentro da meta, demonstravam uma janela de oportunidade para definir planos de longo prazo. Sabe-se que o aquecimento do consumo doméstico pode resultar na ampliação do investimento, mas não o sustenta sozinha, pois a força desta variável se esgota e impacta a inflação (MARTINS, 2015). Isto quer dizer que o crescimento da economia gerado pelo consumo se esgotaria e caberia a equipe econômica conduzir políticas estratégicas quando isto acontecesse.

Em termos de resultados imediatos, a década foi um sucesso. As reformas microeconômicas aliadas ao cenário externo de forte crescimento global e elevação do preço das commodities entre 2003 e 2010 marcaram fortemente o desempenho da economia brasileira. O crescimento médio foi de 4,6% ao ano nessa década e foram obtidas importantes conquistas sociais – como a redução da desigualdade da renda do trabalho, com queda de 10% do índice de Gini, e a queda de 29% da pobreza. (GOLDFAJAN, 2018, p.7).

Já o período iniciado em 2011 foi marcado por uma nova alteração nos rumos de política econômica com o governo de Dilma Rouseff. Martins (2015), analisa que a agenda econômica do primeiro mandato do governo indicava um direcionamento ao investimento, já que o crescimento puxado pelo consumo interno perdia espaço e começava a apontar o esgotamento.

O ano de 2014 foi um ano de desaceleração econômica puxada pela forte contração de investimento. No entanto, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento mesmo com as taxas decrescentes, porém o mesmo não ocorreu em 2015. Um exemplo da contração dos investimentos foi a elevação dos juros que piorou o quadro recessivo, pois fica mais caro para empresas e pessoas físicas tomarem empréstimos bancários para fazer investimentos e o governo passa a gastar mais com os juros da dívida pública. (ROSSI; MELLO, 2017, p. 1).

A chamada “nova matriz macroeconômica”⁴ incluía medidas como desvalorização do câmbio, queda abrupta de juros, desonerações e políticas de redução de custos (em especial, de energia elétrica e congelamento de preço dos combustíveis). Nesta fase, o setor externo reduzia o ritmo de crescimento e desfavorecia as exportações do setor agrícola do Brasil. (SOUZA, NASCIMENTO, 2019).

Apesar dos esforços para iniciar uma agenda econômica de crescimento através da indústria, com foco nos mercados interno e externo, os resultados não se efetivaram. As justificativas para o fracasso do período que marcaria a retomada da indústria foram várias, como apontadas no estudo de

⁴ O conjunto de medidas adotadas pelo governo Dilma recebeu o nome de Nova Matriz Econômica por adicionar novas metas de política econômica além do Tripé Macroeconômico.

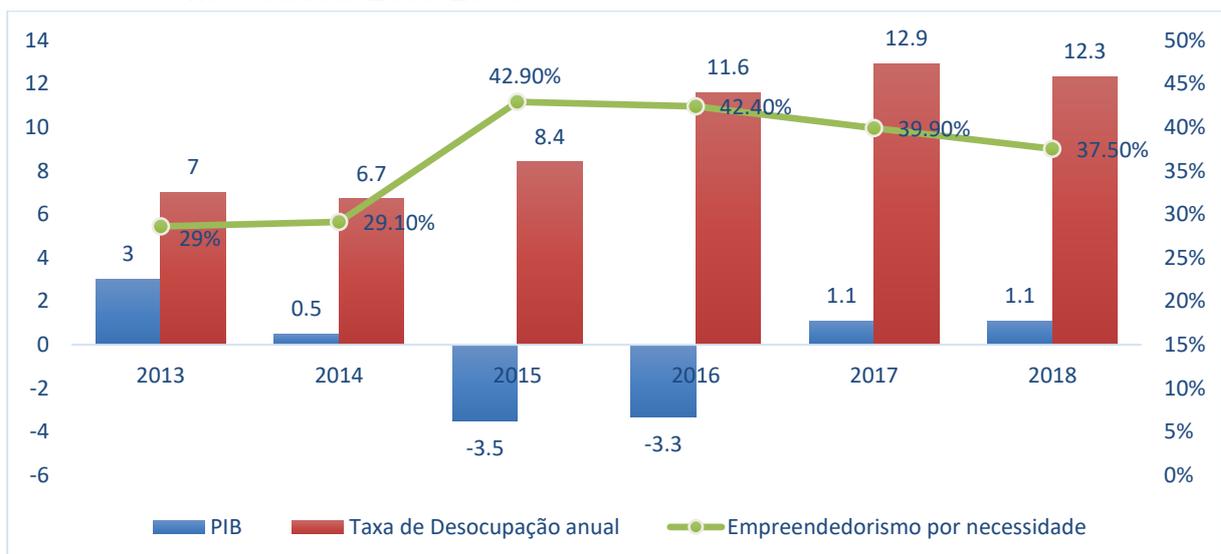
Martins (2015)⁵. Neste trabalho, no entanto, cabe ressaltar em especial que a capacidade de reação da indústria e do setor privado estava prejudicada devido a:

Décadas de erosão dos lucros, devido à exposição à competição externa (em especial, com a China) e, mais recentemente, ao crescimento dos salários, que diminuem a capacidade de acumulação interna das firmas, o que não se recupera num piscar de olhos. A crise mundial e a demanda externa em baixa também não contribuíram. A elevação do câmbio acabou por ter efeitos ambíguos, pois, embora pudesse favorecer a receita, também encarecia insumos e bens de capital (MARTINS, 2015, p.10).

Isto quer dizer que, devido ao histórico desfavorecido da indústria desde 1980, a reorientação da política econômica do governo Dilma não teve resultados expressivos para aumento da produtividade do setor.

A redução da taxa de desemprego chegou a 6,7% em 2014, mas a partir de 2015, com a chegada da crise econômica, a taxa volta a subir a 13,7% no primeiro trimestre de 2017. (IBGE, 2017). A média anual ficou em 12,7% no mesmo ano. Para superar o desemprego, muitas pessoas optaram por abrir empreendimento. No gráfico 2, nota-se como a motivação necessidade para o empreendedorismo salta de 2014 para 2015, devido ao início da crise.

Figura 2 -Taxa de crescimento do PIB, desocupação e empreendedorismo por necessidade2013-2018



Fonte:Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, GEM.

⁵ O autor elenca as principais justificativas para a crise de 2014, entre elas o excesso de alterações e ampliação do intervencionismo do Estado na economia; as manifestações que provocaram instabilidade e redução das expectativas; e queda de credibilidade diante das desonerações de custos para alguns setores.

Devido à crise econômica e política envolvendo corrupção, o segundo mandato do governo Dilma é interrompido, e através de um processo de impedimento, em abril de 2016 dá-se o início ao governo do vice-presidente Michel Temer. Apesar das tentativas em propor reformas que impulsionassem a retomada do crescimento, isto não aconteceu. Ao final do seu mandato, a recessão havia chegado ao fim, mas o investimento ainda não dava sinais positivos.

Em 2019, além de uma lenta recuperação do investimento privado e da crise fiscal, o Brasil enfrenta um cenário internacional adverso devido a crises e inconstâncias entre diversos países, prejudicando a exportação de *commodities*. Ou seja, os ajustes macroeconômicos são ainda mais desafiadores.

Nesse contexto se insere o estudo do Desenvolvimento Econômico Local, que tem a intenção de aproveitar os recursos disponíveis e reorganizar a capacidade produtiva afim de retomar o crescimento com um recorte territorial reduzido, considerando aspectos fundamentais a cada região. O Desenvolvimento Econômico Local requer, fundamentalmente, que os ajustes macroeconômicos possibilitem um ambiente favorável ao crescimento, entretanto, o DEL está inserido na esfera de atuação descentralizada do Estado.

2.2 ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O estudo do Desenvolvimento Local teve início em 1980 e aprofundamento na década de 1990, a partir das políticas de descentralização e os impactos nas estratégias europeias e em países em desenvolvimento (BORGES, 2007). O modelo de gestão pública adotado até o momento pretendia desenvolver as macrorregiões e estas iriam difundir o crescimento para outros locais. Este modelo foi verificado como ineficiente por Lima (2000), diante das regiões mais remotas e sem participação no mercado global. Este autor analisa que a orientação marcava ações elaboradas e executadas pelos governos centrais, em que o governo local desempenhava um papel coadjuvante apenas de apoio.

Lima (2000), conceitua o direcionamento dessas ações como:

Orientações centrais que nascem em uma perspectiva redistributiva e compensatória. As estratégias governamentais se baseavam na

ideia de que os impulsos de desenvolvimento originadas nas regiões mais prósperas poderiam trazer benefícios as regiões mais atrasadas. O desenvolvimento local dar-se-ia então de fora para dentro ou de cima para baixo. (LIMA, 2000, p 166).

Sobre este tema, Llorens (2001) escala as diferenças entre o desenvolvimento focado nas macrorregiões e microrregiões. Segundo o autor, no desenvolvimento focado nas macrorregiões o indicador do crescimento é o PIB, o que não mensura itens importantes como a distribuição de renda e a qualidade de vida e a estratégia é baseada no apoio externo, através dos investimentos estrangeiros. Já o desenvolvimento de “baixo para cima”, isto é, a partir das microrregiões potencializa os recursos disponíveis no território através da articulação entre os diversos atores locais. No quadro 1 estão elencadas as principais diferenças.

Quadro 1 - Visões de Desenvolvimento

| DESENVOLVIMENTO “de cima para baixo” | DESENVOLVIMENTO “de baixo para cima” |
|---|--|
| Crescimento quantitativo como guia: maximização da taxa de crescimento do PIB. | Maior preocupação com: -distribuição de renda -sustentabilidade ambiental -qualidade de vida -relações trabalhistas -satisfação das necessidades básicas da população |
| Estratégia baseada no apoio externo, através de investimentos estrangeiros | Potencialização dos recursos próprios -articulação do tecido produtivo territorial -maior vinculação do tecido empresarial local -maior controle do processo de desenvolvimento por atores locais |
| Tese do Transbordamento ou difusão do crescimento a partir dos núcleos centrais | Estímulo a iniciativas de desenvolvimento local |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Llorens, 2001.

No Brasil, como visto anteriormente, o desenvolvimento local se torna mais relevante a partir da Constituição Federal e com avanço da descentralização ocorrida na década de 1990. A partir da década de 2000, o Desenvolvimento Local

Integrado Sustentável (DLIS)⁶ se tornou agenda relevante nos debates de planejamento de políticas públicas regionais e locais.

Devido a amplitude do processo de desenvolvimento local de uma região, Borges (2007), relaciona os aspectos necessários a compreensão do tema como dimensões. Tais dimensões são divididas em: estratégia econômica, estratégia social, estratégia ambiental e estratégia política. Conforme quadro 1, que sintetiza as dimensões econômica e social na visão de alguns autores.

O conceito que mais se aproxima da teoria abordada neste trabalho é de Zapata *et al.* (2001), no qual a estratégia econômica consiste na articulação entre atores e capacidades produtivas locais e a integração em redes de pequenas empresas. Quanto a dimensão social, a o acesso a oportunidades é condição primordial para garantir a participação social nas estruturas de poder.

Quadro 2 - Teorias de desenvolvimento local em dimensões

| AUTORES | Dimensões | |
|-----------------------------|--|--|
| | ECONÔMICA | SOCIAL |
| Suarez (1993) | Incremento de operações e atividades econômicas, comparação de outras atividades, empresas, utilização eficiente dos recursos, inovação. | Formas equitativas de desenvolvimento, distribuição de bens econômicos e sociais, mudanças na estrutura dos grupos sociais. |
| CasarottoFilhoPires (2001) | Lidar com as transformações provindas das ações da globalização. | Regionalização. |
| Zapata <i>et al.</i> (2001) | Resultados econômicos provindos do aproveitamento e articulação das capacidades, fortalecimento das cadeias produtivas e integração de redes de pequenas empresas. | Maior participação social, participação dos cidadãos nas estruturas de poder, importância da história, valores e da cultura local; |
| Gallicchio (2002) | Vinculada a criação, acumulação e distribuição de riqueza. | Relaciona-se a qualidade de vida, a equidade, e a |

⁶Desenvolvimento Local Integrado Sustentável é um fundamento que reúne metodologias articuladas para o fortalecimento de políticas públicas através da ativação de recursos do território “atribuindo caráter emancipatório e sustentabilidade nos resultados.” (FERRARINI, 2013).

| | | |
|----------------|---|--|
| | | integração social. Considera como sociocultural. |
| Buarque (2004) | Considerar fatores gerais da economia local e nacional, relações econômicas e comerciais, estrutura de cadeias produtivas, infraestrutura econômica e potencialidades/oportunidades de mercado. | Relações de emprego, infraestrutura social, situação geral da educação, estrutura fundiária, padrões culturais e históricos. |

Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Borges (2007).

LLorens (2001) também identifica as diferentes dimensões do desenvolvimento local, conforme exposto no quadro 3.

O conceito de Desenvolvimento Econômico Local em que este trabalho foi baseado está descrito nas dimensões econômica e político-administrativo, em que a articulação dos atores locais e as parcerias público-privadas resultam no ambiente favorável a iniciativa inovadora e geradora de empregos. Neste trabalho a dimensão estudada foi o Desenvolvimento Econômico Local (DEL).

Quadro 3 - Dimensões e aspectos do desenvolvimento local

| Dimensões | Aspectos |
|------------------------------|--|
| Econômica | Empresários locais usam sua capacidade produtiva para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade para se competitivos no mercado |
| Formação de recursos humanos | Atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimentos aos requerimentos de inovação dos perfis produtivos locais |
| Sociocultural | Valores e instituições locais impulsionam ou apoiam o próprio processo de desenvolvimento |
| Político administrativa | A gestão local e regional facilita a articulação público-privada em nível territorial e a criação de "entornos inovadores" favoráveis ao desenvolvimento produtivo e empresarial |
| Ambiental | Atenção as características específicas potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade de meio ambiente. |

Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de LLorens (2001).

As teorias de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) contam com as contribuições de David Harvey, que estudou a temática nas décadas de 1970 e 1980. Sua percepção foi de que historicamente a "[...] reorientação das políticas

locais foi uma estratégia para combater dificuldades oriundas da crise capitalista que impactou principalmente as cidades” (LIMA, 2000). Moura (*apud* LIMA, 2000) divide o arcabouço teórico do desenvolvimento econômico local como estratégia competitiva e estratégia social. A primeira analisa a partir do foco de crescimento econômico da cidade e sua inserção na competição interurbana. Já a segunda, aponta a necessidade de inserir os excluídos na atividade econômica para reduzir as desigualdades sociais (LIMA, 2000).

A estratégia competitiva pressupõe despertar e atrair o interesse do exterior as cidades, através das vantagens comparativas dos produtos que são oferecidos ao mercado global (MOURA, 1998). Neste cenário o papel principal do governo está na associação público-privado. O principal objetivo é a construção de uma plataforma para o mercado globalizado, melhorar a posição competitiva do município no mercado externo (MOURA *et al.*, 1999). Já a estratégia social aponta para o desenvolvimento econômico local através da melhoria das condições de vida dos habitantes, em que a ampliação da democracia em direção a questões econômicas é consequência da inserção dos excluídos no processo produtivo. (LIMA, 2000).

Cabe observar que a estratégia competitiva tende a favorecer o local através do aumento da produtividade e economia de escala, que permite aumentar as vagas de emprego formal e promover o crescimento. A estratégia social permite acesso a oportunidades e insere os excluídos, mas pode não alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico local no médio prazo. Sobre este fato, Llorens (2001) argumenta que as políticas sociais não podem ser consideradas somente políticas assistenciais ou redistributivas, mas sim um fator importante para a inovação tecnológica e organizativa. Segundo o autor, a conquista de maior equidade é parte intrínseca a transformação produtiva e o desenvolvimento econômico

A figura 1, ilustra como funciona a organização da rede para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Econômico Local. Nele, os equilíbrios macroeconômicos configuram aspecto principal para a articulação do sistema produtivo interno. Esta articulação está ligada a interação com o mercado externo, a seleção de tecnologias adequadas ao mercado de trabalho regional/local e a sustentabilidade ambiental. Para alcançar o local, os aspectos fundamentais são a integração criativa entre os agentes públicos e privados e a descentralização das

ações. Llorens (2001) indica que a articulação territorial é condição essencial para difundir os efeitos do crescimento econômico. O mercado de trabalho local será afetado pelo conjunto de influências na inserção dos atores e nas estratégias de atenção as necessidades básicas sociais e ao equilíbrio ambiental.

Em resumo, para impulsionar o desenvolvimento econômico com equidade social e sustentabilidade ambiental é imperativo formular políticas mistas nas quais as medidas encaminhas para alcançar os principais equilíbrios macroeconômicos sejam acompanhadas de outras que busquem fomentar as potencialidades existentes no território, tarefa na qual tanto os governos regionais como locais devem desempenhar papel como animadores e facilitadores da criação de instituições de desenvolvimento produtivo empresarial. (LLORENS, 2001, p. 46).

Figura 3 – Objetivos e políticas na estratégia de desenvolvimento



Fonte: LLORENS(2001).

Hermosa (1994 *apud* LLORENS, 2001), caracteriza o Desenvolvimento Econômico Local como o processo reativador da economia e dinamizador da

sociedade, que tem a capacidade de aproveitar os recursos disponíveis e estimular o crescimento, gerando emprego e melhorando a qualidade de vida de uma comunidade. Para isso, é necessário pesquisar sobre o aproveitamento dos recursos e potencialidades ao território.

O autor ainda define que as estratégias de desenvolvimento econômico local reúnem diversos atores além do poder público, entre eles instituições, cooperativas, agências de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, organizações não governamentais e universidades.

O desenvolvimento econômico local depende de um ambiente favorável, visto que nesses ambientes a inovação se torna possível como um fator que desencadeia um efeito multiplicador, que incrementa mais que proporcionalmente o rendimento individual dos fatores (LLORENS, 2001, p. 25).

As estratégias para alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico local estão elencados segundo definições de Llorens (2001) estão representados no quadro 4.

Quadro 4 - Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local

| ESTRATÉGIA | OBJETIVO |
|--|--|
| Articulação produtiva territorial do tecido empresarial | Fomento do ambiente favorável a iniciativa empreendedora; Negociações com administração pública local. Implicações no aumento da produtividade e capacidade técnica. |
| Compromisso com o emprego produtivo e com o atendimento ao mercado de trabalho local | Incremento no nível de emprego formal |
| Atenção a inovação tecnológica e organizacional adequadas aos níveis produtivo e empresarial local | Implicações no aumento da produtividade e capacidade técnica |
| Adaptação do sistema educacional e da | Ampliação da capacidade inovadora |

| | |
|---|--|
| capacitação profissional a problemática produtiva sócio territorial | através da capacitação dos recursos humanos. |
| Existência de políticas específicas de apoio as MPEs, cooperativas e setor normal local | Ampliação do acesso a programas de fomento a iniciativa empreendedora. |
| Acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial | Fomento ao ambiente favorável a iniciativa empreendedora |

Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Llorens (2001).

As estratégias devem ser formuladas de acordo com o objetivo para que possam ser avaliadas corretamente. O compromisso com o emprego produtivo e com o atendimento do mercado de trabalho formal é uma estratégia que depende, em maior ou menor grau, do nível de emprego geral da economia, pois os investimentos não são realizados sem as expectativas.

Cabe ressaltar que o Desenvolvimento Econômico Local depende do equilíbrio macroeconômico. O foco desta abordagem está na organização dos recursos e atores locais para reativar a capacidade local de reagir ao crescimento macroeconômico.

Sobre o emprego produtivo formal é importante ressaltar que diante de crises, políticas gerais de emprego são pouco eficientes e necessitam de ações específicas. Sobre este assunto, Llorens (2001, p. 26) argumenta que: “As políticas orientadas para a criação do emprego já não podem limitar-se a dependência das políticas de crescimento econômico pois se querem políticas específicas para impulsionar a geração de emprego produtivo.”

A alternativa ao emprego formal é o trabalho produtivo informal, onde as pessoas aguardam a retomada do crescimento do emprego para serem reinseridas. Apesar do trabalho informal ter pouca relevância para incremento de produtividade e inovação tecnológica, a ocupação permite que as pessoas participem em sociedade e tenham acesso a renda. Amartya Sen verifica nesta situação uma concepção de desenvolvimento que vai além dos indicadores econômicos: “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança.” (SEN, 2000, p 10).

Os programas assistências regionais e municipais precisam se tornar iniciativas de fomento ao trabalho produtivo e a geração de renda, pois assim é possível proporcionar maior equidade e a superação da pobreza. O objetivo do enfoque do Desenvolvimento Econômico Local frente a superação da pobreza é identificar e impulsionar novos projetos produtivos e atividades geradoras de trabalho produtivo a nível local, “[...] a fim de criar fontes endógenas de crescimento econômico e complementar as ações de tipo redistributivo, antes citadas como iniciativas locais de desenvolvimento” (LLORENS, 2001, p.83).

Nesse sentido, o Desenvolvimento Econômico Local consiste em fomentar atividades produtivas e a articulação dos atores locais, das esferas público e privadas. Para que o Desenvolvimento aconteça, o processo consiste na ampliação da capacidade produtiva e aumento da produtividade, mas estas condições não são alcançadas sem organizar os recursos existentes no próprio território. Isto quer dizer que diante de condições adversas, como crises com altas taxas de desemprego, as políticas e programas de reativação da capacidade local deve se voltar ao atendimento dos excluídos do mercado de trabalho, realocando-os em atividades produtivas. Conforme revisão bibliográfica do tema, o Desenvolvimento Local integra não somente os aspectos econômicos, mas também sociais, para alcançar objetivos de qualidade de vida da população de determinado território. Assim, políticas voltadas ao atendimento da população de baixa renda, de caráter redistributivo, mas não somente assistencial, contribuem como metas de curto prazo para o objetivo de Desenvolvimento Econômico Local.

Entre os programas cujo objetivo é o direcionamento da população a atividade produtiva, quando o mercado formal de trabalho não responde aos estímulos, é a política de Microfinanças, voltado a conceder produtos financeiros a população de baixa e a microempreendedores.

3 MICROFINANÇAS

Conforme exposto na seção anterior, o acesso ao financiamento adequado a PME e a microempresa é muito importante para difundir o envolvimento desses agentes nos mercados formais que promovem o desenvolvimento econômico local. Além das PMEs e microempresas, a população de baixa renda em geral também necessita de serviços e produtos financeiros que sejam adequados as suas particularidades.

As Microfinanças, em especial o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), consiste em uma “revolução financeira com foco em dar crédito ao trabalho, ao invés de seguir dando crédito ao capital” (COSTA, 2010). Os trabalhos acerca do microcrédito provaram que esta atividade financeira dá retorno, tem baixa inadimplência e é viável, se adaptada as condições locais.

Costa (2010) propõe que o combate à desigualdade social no Brasil deve se embasar em três dimensões, sendo elas: a) Políticas compensatórias, que permitem a toda a população o acesso a patamares mínimos de dignidade e sobrevivência; b) Políticas de crescimento econômico, para disponibilizar maior renda e oportunidades; c) Políticas redistributivas. O acesso a serviços financeiros pela população de baixa renda é considerado política redistributiva.

O acesso a serviços financeiros e a educação financeira consistem em mecanismos que permitem que a atribuição de ativos aos mais pobres se traduza em ampliação de sua capacidade de geração de renda (KUMAR, 2004). A inserção das populações mais pobres nos mercados formais envolveu um longo processo de mudanças sociais e culturais devido a complexa estrutura de desigualdade social

Apesar do consenso sobre o papel da inclusão financeira como ferramenta de superação de pobreza e, que o acesso a serviços financeiros sustentáveis promove o aumento da renda dos mais pobres, este não é resposta para toda e qualquer situação de exclusão social⁷ (ARMANDÁRIZ, MORDUCH, 2010).

A expansão do acesso ao sistema financeiro formal:

⁷ Os autores ressaltam que o microcrédito não pode ser considerado solução milagrosa pois as características sociais, econômicas e territoriais são importantes indicativos de políticas a serem adotadas.

[...] permite que as populações menos favorecidas aumentem sua capacidade de empreender e, assim, possam alterar suas perspectivas econômicas com reflexo positivo para toda a economia, uma vez que parcela substancial dos excluídos pode ser deslocada da economia informal para a economia formal (FERREIRA, 2018, p.13).

O segmento voltado aos serviços financeiros da população de baixa renda é chamado de Microfinanças que consiste:

Na oferta de serviços financeiros em geral: poupança, seguro, além do crédito em todas as suas modalidades (consumo, habitacional etc.) para a população de baixa renda e para microempreendedores. O microcrédito é um dos produtos das microfinanças e se refere a todas as modalidades de crédito ofertado para esse mesmo público (SANTOS *et al.*, 2019, p. 340).

O caso mais famoso das microfinanças modernas é o caso do economista Muhammad Yunus e a fundação do Grameen Bank, em Bangladesh. A partir de 1970, o país iniciou um caminho de independência após uma grande guerra com o Paquistão, que deixou 80% da população vivendo em pobreza (ARMANDÁRIZ, MORDUCH, 2010, p.12). Em 1976, Yunus convenceu o banco central de Bangladesh a ajuda-lo a montar uma linha especial de crédito para os pobres do vilarejo de Jobra. Yunus percebeu que a vida financeira dos miseráveis acontecia através de agiotas com juros muito altos e que as verdadeiras necessidades financeiras eram extremamente reduzidas⁸ (COSTA, 2010).

Após um ano, o Grameen Bank já havia alcançado proporções nacionais. O principal mecanismo que possibilitou o sucesso do banco foi o empréstimo em grupo, o “aval solidário”, em que um grupo é formado para servir de garantia dos empréstimos feitos por cada integrante. O banco cresceu 40% por ano até 1991, quando o Grameen Bank alcançou um milhão de membros. Em 2008, o número chegou a 7,5 milhões de membros. Em 2010, filiais ou iniciativas parecidas ao Grameen Bank existiam em 30 países (ARMANDÁRIZ, MORDUCH, 2010, p.13). Muhammad Yunus recebeu o prêmio Nobel da Paz em 2006.

A experiência mais relevante na América Latina é o caso do Banco Solidariedade S.A/ Banco Sol, da Bolívia. Nesse país o microcrédito surgiu com uma abordagem estritamente social e com o passar do tempo adquiriu também caráter

⁸ Os primeiros empréstimos do Gramen Bank somaram o total de 27 dólares para 42 mulheres. Com isso, elas evitaram contrair dívidas com juros elevados de agiotas, como era o costume do vilarejo.

empresarial. Teve início em 1986, através de uma organização sem fins lucrativos, denominada Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM). O capital inicial para as operações originou-se de doações feitas por organizações internacionais, governo e empresários locais. A experiência abriu caminho para o surgimento do primeiro banco comercial, em bases lucrativas focado exclusivamente em microcrédito. (FELTRIM *et al.*, 2009).

3.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, o microcrédito é concebido no contexto das políticas públicas de desenvolvimento e redução da pobreza, sendo bastante influenciado pelo ambiente regulatório e institucional e por iniciativas governamentais específicas (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 339).

A fase inicial da oferta de microcrédito no Brasil acontece de 1972 a 1988, em que redes alternativas ao sistema comercial de crédito foi organizado por Organizações não Governamentais (ONGs), focadas no meio rural (COSTA, 2010).

A segunda fase de 1989 a 1997, com a entrada dos governos municipais como atores no palco do microcrédito através da constituição de programas e organizações para operar diretamente com microempreendedores. Neste momento há a criação de Bancos do Povo estatais. Esta fase é marcada também pela expansão do cooperativismo de crédito.

Segundo Costa (2010), a terceira fase da história das Microfinanças no Brasil se inicia a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), com a Lei 9.790, de 23 de Março de 1999⁹ que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujos objetivos sociais tenha, entre outras, a finalidade de constituir sistema alternativo de crédito (COSTA, 2010). As OSCIPs foram um marco na descentralização das ações do estado por dividir competências estatais com organizações da sociedade civil.

⁹ Art. 3º A qualificação instituída pela Lei, confere a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais sejam pelo menos um dos elencados a seguir: I - promoção de assistência social; VIII- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação não lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, entre outros. Lei completa disponível em (BRASIL, 1999).

No quadro 4, estão elencadas as primeiras experiências de Microcrédito Produtivo no Brasil.

Nesta fase houve a permissão para a criação de cooperativas de crédito voltadas aos microempreendedores. Em 1996 foi lançado o Crédito Popular Produtivo, que foi um Programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES), com objetivo de divulgar o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional (FELTRIM *et al.*, 2009). O papel da Instituição de “segunda linha” era prover recursos financeiros às instituições de microcrédito, e além disso, fomentar a estruturação dessas instituições ao incentivar o estabelecimento de padrões gerenciais e organizacionais. Dentro do programa, visando atender este último objetivo foi criado o Programa de Desenvolvimento Institucional(PDI). Até dezembro de 2001, o BNDES apoiou 31 instituições, sendo 28 entidades da sociedade civil e três Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), tendo contratado R\$55,8 milhões (BARONE *et al.*, 2002).

Quadro 5 - Primeiras experiências de Microcrédito Produtivo no Brasil

| Ano | Banco | Tipo de organização | Local | Origem dos recursos | Modalidade | Resultado – até 31/12/2001 |
|------|-----------------|--|--|---|--|--|
| 1987 | CEAPE | OSC (ONG)-apoio do BID-Banco Internacional para o Desenvolvimento | Porto Alegre – SC | IAF (Interamericana Foundation) | Garantia de avalista e grupos solidários | 343 mil operações de crédito valor de R\$305,7 milhões |
| 1989 | Banco da Mulher | OSC – apoio UNICEF e BID | Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. | | Grupos solidários | 9 mil operações de crédito. Valor de R\$6,7 milhões |
| 1995 | Portosol | OSC – apoio Prefeitura de Porto Alegre. Iniciativa do Poder Público e controle da sociedade civil. | Porto Alegre – RS | Doações da Prefeitura de Porto Alegre, Sociedade Alemã de Cooperação Técnica/GTZ, IAF, BNDES, SEBRAE/RS | Aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens | 28,5 mil operações de crédito. R\$38,7 milhões. |
| 1996 | VivaCRED | OSC – Movimento Viva Rio. | Rio de Janeiro – favelas da Rocinha, Maré, e das Pedras | BID, BNDES e Fininvest | | 8,4 mil operações. R\$ 14 milhões. |
| 1998 | CrediAmigo | Banco Estatal Federal – Banco do Nordeste do Brasil (BNB) | Região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo | Banco do Nordeste | Grupos Solidários | 599,8 mil operações. R\$440 milhões. |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Feltrimet *al.* (2009).

A Resolução 2874, de 26 de julho de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispôs sobre a constituição e o funcionamento de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor(SCM), que teria controle societário de OSCIP. Entre as restrições impostas pela resolução estão:

Ficou vedada a adoção da palavra 'banco' na denominação social dessas sociedades, para o Banco Central do Brasil não ter a obrigação de socorrê-la. [...] Devem ter atuação restrita à região predefinida. É vedada a participação societária, direta ou indireta, do setor público no capital. Devem observar permanentemente os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido de R\$100.000.00. [...] Desde logo, não é permitida a concessão de empréstimos para fins de consumo (COSTA, 2010, p.5).

Outra limitação ao crescimento das Microfinanças foi a restrição das SCM em fazer captação de depósitos do público, sem poder oferecer outros serviços financeiros para este segmento da sociedade. As operações permitidas tinham recursos originários de organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento, orçamentos estaduais e municipais e fundos constitucionais. Outras fontes poderiam ser utilizadas somente se autorizadas pelo Banco Central do Brasil(BACEN). Sem a captação de recursos no mercado financeiro, a auto sustentação seria prejudicada (COSTA, 2010.)

Quando instituições financeiras não podem captar depósitos de seus clientes que receberam empréstimos, elas não internalizam o multiplicador monetário. Isto é, com a fidelização de seus clientes como depositantes, os empréstimos criariam sucessivas rodadas de multiplicação de depósitos (COSTA, 2010, p.6).

Uma hipótese para a auto sustentação das microfinanças desenvolvidas por Costa (2010) é de que a fidelização dos participantes da rede de proteção social como clientes de Instituições voltadas a Microfinanças, possibilitaria que todo o dinheiro que circulasse nessa rede poderia se tornar microcrédito. Segundo o autor, caso não houvesse vazamento sob forma de retirada de papel moeda, o efeito multiplicador resultaria em “[...] montante de novos depósitos dado pelo inverso da taxa exigida de encaixes e recolhimentos pelo Banco Central” (COSTA, 2010.p.18).

Para garantir o princípio de auto sustentabilidade, cabia analisar se o público alvo do microcrédito poderia pagar taxas de juros que cobririam a taxa de

inadimplência e custos administrativos. Costa (2010), conclui sobre este fato que para os microempreendedores pobres, ter acesso ao financiamento é muito mais importante que o custo do crédito.

Nesta fase inicial, algumas iniciativas populistas passaram a oferecer empréstimos a negócios em formação com taxa de juros de 1% ao mês e exigências maleáveis de garantias para os primeiros empreendimentos (COSTA, 2010). Essa taxa de juros só era possível no programa estadual do Estado de São Paulo, proveniente de recursos orçamentários: o Banco do Povo Paulista. Esses empréstimos foram considerados de “fundo perdido”¹⁰ (COSTA, 2010). Outras operadoras de microcrédito, as OSCIPS, criticaram essas operações, pois a taxa de juros praticada não cobriria nem custos administrativos, e que essa prática impediria a entrada de outras organizações nos municípios.

Parte daí a necessidade de pensar em uma SCM estruturada, visando “[...] deixar de ser assistência social e se tornar atividade autossustentável, que fosse além de eventuais governos” (COSTA, 2010, p.9). Por isso, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) deu início, em 2001, ao Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, com objetivo de apoiar a criação e o fortalecimento das organizações de microcrédito, desde que estas adotassem os princípios de independência e auto sustentabilidade. As modalidades de apoio eram para a reestruturação das instituições, capacitação de recursos humanos, cessão de uso do sistema informatizado de gestão, prestação de serviços de consultoria, dentre outros.

Em 2002, existiam 67 OSCIPs de microcrédito e 24 SCM. Nessa fase, cresceram as iniciativas de “Bancos do Povo” municipais e estaduais para apoiar a geração de ocupação e renda.

A quarta fase do desenvolvimento das Microfinanças no Brasil iniciou em 2003 com o Governo Lula. A política para este setor pretendia facilitar e ampliar o acesso a população de baixa renda ao mercado formal de crédito. Isso ocorreu através da facilitação de abertura de contas eletrônicas e pelos programas sociais de transferência de renda, que eram pagos através de cartões cidadão (COSTA, 2010). Objetivava também facilitar o acesso a outros serviços financeiros, como

¹⁰ O Banco do Povo Paulista obtém recursos orçamentários estaduais, por isso conseguia manter taxas de juros abaixo do que era praticado pelas demais instituições. A não exigência de garantias também colocava em risco o pagamento dos empréstimos.

conta corrente, poupança e seguros. Outro objetivo importante era o acesso ao crédito para microempreendedores formais e informais, visando a geração de renda e trabalho.

A partir de 2004, houve uma mudança na política de microcrédito, quando o crédito para consumo foi separado do crédito para microempreendedores através da Medida Provisória (MP) n. 226/2004, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Em 25 de abril de 2005, é aprovada a Lei n. 11.110, que dispõe sobre as características do programa, público alvo e faixas de renda. De acordo com site do Ministério do Trabalho, as beneficiárias do PNMPO são pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades urbanas ou rurais, com renda ou receita bruta anual de até R\$ 200 mil reais. Sobre a metodologia do programa, dispõe sobre a avaliação dos riscos da operação, a necessidade do crédito, o endividamento e análise de receitas e despesas.

Essa metodologia deve ser realizada pelo Agente de Crédito, que é responsável pelas visitas in loco aos empreendedores, a avaliação do perfil socioeconômico do empreendimento e do empreendedor popular, a análise do crédito solicitado, sua concessão e, quando aprovada, seu acompanhamento posterior.

O PNMPO é classificado pelo Ministério do Trabalho como um programa de geração de ocupação e renda, sendo considerado tanto política econômica (objetiva gerar emprego e renda) como política social (tem como público-alvo as camadas mais pobres da sociedade: desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, microempreendedores individuais e microempresas).

De acordo com a Lei do PNMPO – Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005, os objetivos do programa são: (i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; (ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado (MPO) e; (iii) oferecer apoio técnico às instituições de MPO, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 341).

O Ministério do Trabalho, define o MPO como a concessão de crédito destinado a atividades produtivas de pequeno porte, desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas, formais e informais, com renda bruta anual de até R\$200 mil reais.

A origem dos recursos do programa é do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e 2% dos depósitos compulsórios à vista e de recursos do orçamento geral da União. A taxa de juros chega a, no máximo, 2% ao mês. E a Taxa de Abertura de Crédito (TAC) máxima permitida é de 2% para pessoas físicas e 3% para microempreendedores.

O CMN realizou, em dezembro de 2006, alterações nos valores máximos dos empréstimos e ampliou o público alvo que podia ser beneficiado por esse programa com juros tabelados. O PNMPO obrigava os bancos a emprestarem 2% dos saldos captados em contas correntes em operações de crédito de pequeno valor com juros limitados a 2% ao mês. No entanto, bancos privados preferiam deixar recursos no Banco Central do Brasil a emprestar. Houve queda expressiva no volume empréstimos: em janeiro de 2006 os bancos cumpriram 69,7% das exigências de aplicação, em outubro, passaram a cumprir apenas 58%. As alterações do CMN aumentaram o valor máximo do financiamento de pessoas físicas para consumo, de 600 reais para mil reais. Para atividades produtivas o limite saiu de 1,500 reais para 3 mil reais (COSTA, 2010).

As alterações da PNMPO resultaram na modernização das políticas públicas voltadas a oferta de crédito para microempresas, sendo a alteração de 2011 a responsável pela criação do CRESCER, que é o Programa Nacional de Microcrédito.

O CRESCER é considerado uma expansão do PNMPO, lançado como medida provisória em 25 de agosto de 2011, posteriormente convertida em lei como parte das ações de inclusão produtiva urbana da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, visando promover a emancipação dos beneficiários do programa Brasil Sem Miséria.

De acordo com a SPE (2012), o programa tem como objetivo geral elevar o padrão de vida e a geração de empregos no âmbito do programa Brasil Sem Miséria e, especificamente: (i) dar oportunidade de novos negócios; (ii) estimular o empreendedorismo e; (iii) estimular a bancarização. O programa Crescer foi regulamentado pela Resolução n. 4.000 do BC (BC, 2011). Assim como a faixa estabelecida pelo PNMPO, foi definido como crédito para o empreendedor com renda bruta anual de até 120 mil reais. Os beneficiados poderiam ser pessoas físicas, empreendedores individuais ou microempresas. A operação máxima é de até 15 mil reais, sendo o prazo médio de 6 meses, e o direcionamento pode ser para capital de giro ou investimento (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 341).

As garantias exigidas pelo Crescer estabeleceram-se três modalidades: o aval solidário para as operações de menor valor; os próprios bens adquiridos nas operações de maior valor e destinadas a investimentos; ou, ainda, o aval de terceiros.

Para operacionalização do programa, bancos federais foram fortemente recomendados a converter a carteira de microcrédito de consumo para o MPO, com redução de juros de 60% ao ano (a.a.) para 8% a.a., e a TAC foi reduzida de 3% para 1%. Assim, o programa foi inicialmente operado pelos bancos públicos federais, que tiveram metas a serem cumpridas: – 2,24 milhões para 2012 e 3,46 milhões para 2013 – e ao total de carteira ativa –1,73 bilhão de reais em 2012 e 2,99 bilhões de reais em 2013 (SANTOS, *et al.*, 2019, p.342).

O programa também poderia ser operacionalizado por qualquer instituição financeira através de subvenções concedidas pelo Tesouro Nacional, desde que as operações fossem realizadas nas condições definidas para o programa e, que concordasse com os valores de compensação definidos pelo Ministério da Fazenda (SANTOS *et al.*, 2019, p. 342) Os recursos do CRESCER tem a mesma origem do PNMPO. De acordo com a regulamentação dada pela Resolução n. 4.000 do Banco Central (BC)(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), o que de ne a operação como MPO é a metodologia adotada na concessão do crédito.

O diferencial do programa CRESCER foi a ampliação do alcance devido ao alinhamento com outras políticas públicas de redução da pobreza, como o Brasil sem Miséria. O conjunto de medidas do Governo Federal que visa a geração de emprego e renda de prioritariamente de tomadores do Programa Bolsa Família, no intuito de colaborar com a emancipação das famílias assistidas.

Em geral, existem algumas dificuldades para a administração do microcrédito para as instituições financeiras, já este grupo tem pouca ou nenhuma garantia e devido a movimentação ser baixa, mas o custo ser ainda mais alta. Dados do SEBRAE apontou em um levantamento que ao buscar dinheiro para seus negócios, muitos donos de micro e pequenas empresas (MPEs) dizem só recorrer ao banco em último caso. Porém, quando eles usam o crédito oferecido pelas instituições financeiras, boa parte escolhe as modalidades mais caras como cartão de crédito e cheque especial (JACOMETE, 2018, p. 15).

Os resultados recentes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado demonstram o alcance do programa: no exercício de 2018 foram concedidos mais de dez milhões de reais em crédito para a produção de microempreendedores. O total de instituições que oferecem o MPO são 118, conforme Tabela 1.

Tabela 1 -Instituições cadastradas, número de operações e crédito concedido pelo PNMPO em 2018

| INSTITUIÇÕES | NÚMERO DE INSTITUIÇÕES CADASTRADAS | CONTRATOS REALIZADOS | VALOR CONCEDIDO (R\$) |
|--------------------|------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Agência de Fomento | 9 | 98.488 | 83.770.546 |
| Bancos Comerciais | 1 | 6.740 | 23.249.884 |
| Bancos Públicos | 7 | 4.455.721 | 9.425.780.654 |
| Cooperativas | 47 | 94.707 | 369.581.951 |
| OSCIP | 48 | 84.205 | 454.157.407 |
| SCMEPP | 6 | 68 | 191.255 |
| TOTAL | 118 | 4.739.929 | 10.356.697 |

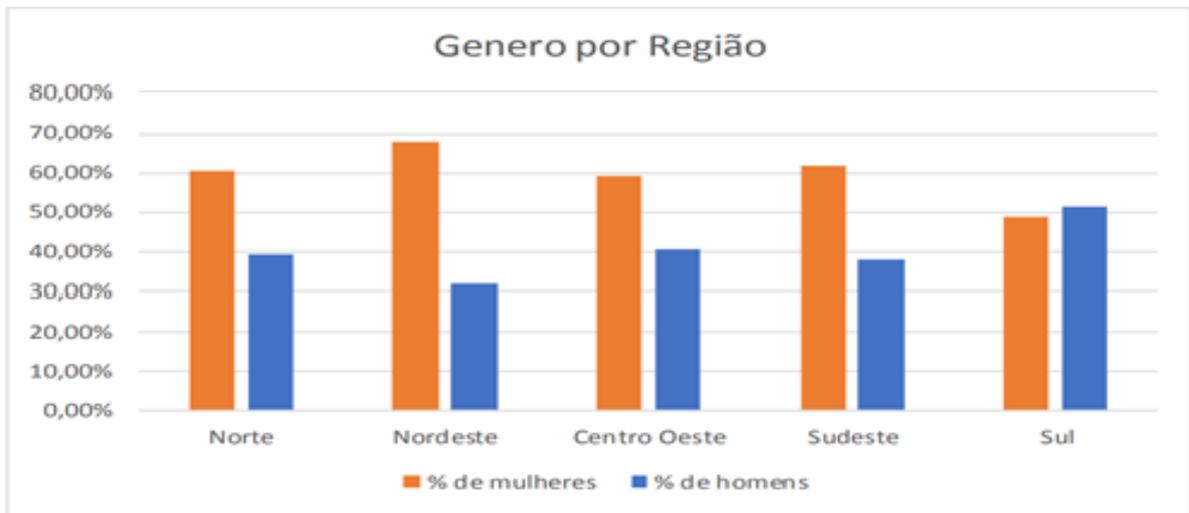
Fonte: Ministério da Economia. 2018. Modificado pela autora.

O perfil do MPO é formado em sua maioria por mulheres e profissionais informais em todas as regiões, com destaque para o nordeste (Gráfico 3). E a porcentagem de pessoas informais ainda tem grande disparidade com o número de pessoas formais, conforme Gráfico 4.

Tais resultados demonstram como o Microcrédito é um programa voltado a atender atividades produtivas da população de baixa renda, que encontra na atividade produtiva fora do mercado de trabalho formal sua subsistência.

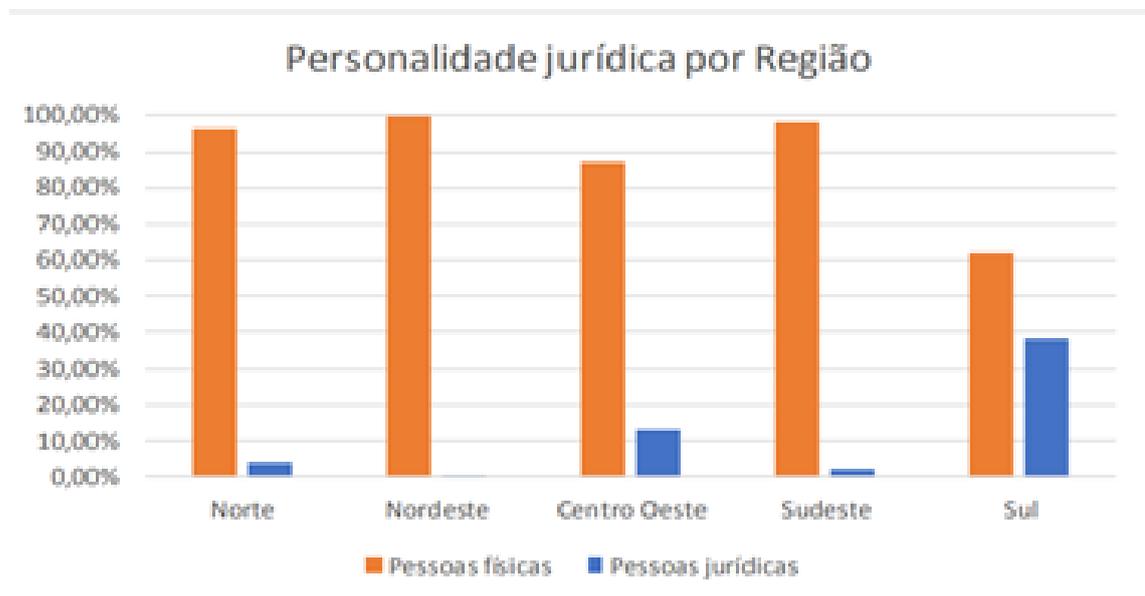
Estes resultados indicam o caráter assistencial do Microcrédito, voltado a atender as iniciativas produtivas individuais como meio de subsistência, com objetivo de redução da pobreza.

Gráfico1 – Perfil dos clientes do PNMPO: Gênero por região



**Fonte: CGEM/SEMP/SPPE/SEPEC, baseado em informações enviadas pelas instituições operadoras. Atualizado em 26.04.2019*

Gráfico2 – Perfil dos clientes do PNMPO: Personalidade jurídica por região



**Fonte: CGEM/SEMP/SPPE/SEPEC, baseado em informações enviadas pelas instituições operadoras. Atualizado em 26.04.2019*

3.2 MICROCRÉDITO E REDUÇÃO DA POBREZA

A relevância da política de microcrédito no Brasil é por esta ser uma alternativa para a subsistência da população de baixa renda. A partir da crise de 2014 o crescente desemprego levou ao aumento da informalidade, principalmente em trabalhos como motorista de aplicativo e ambulantes de comércio de alimentos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que em 2018, a informalidade alcançou taxa de 46,8%, enquanto em 2014 estava em 39,93%. Este é o maior índice de informalidade medido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNDA)¹¹.

A solução encontrada por parcela da população foi a abertura de empreendimentos, em especial na modalidade Microempreendedor Individual (MEI). O MEI foi criado pela Lei complementar de 19 de dezembro de 2008, “[...] para que os trabalhadores do circuito inferior da economia possam legalizar suas atividades.” (MATIAS, 2015). Os requisitos para se tornar um MEI é ter um faturamento anual de no máximo R\$81.000 reais e não ter a participação em outra empresa como sócio titular.

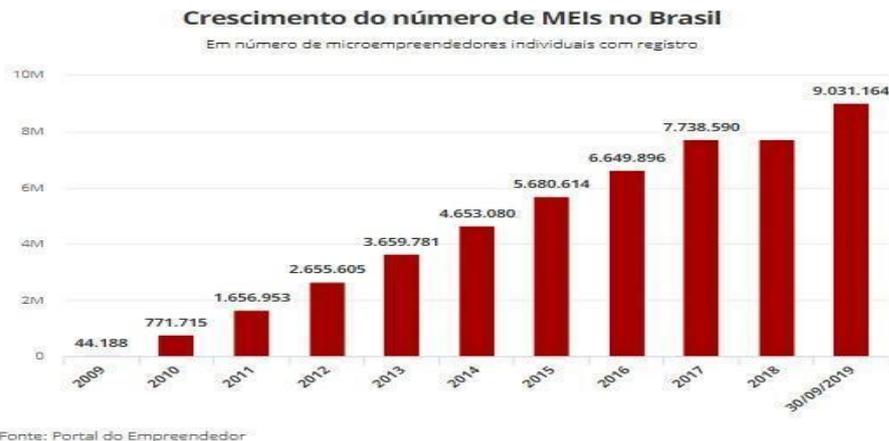
O MEI também pode contratar 1 empregado, em que a remuneração seja de 1 salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI é uma forma de desburocratizar a formalização e facilita o acesso a diversos serviços, como o acesso a conta bancária de pessoa jurídica e ser enquadrado na categoria de impostos Simples Nacional, que garante isenção dos seguintes tributos: Imposto de Renda (IR), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A partir de 2015 os valores foram atualizados para R\$ 47,70 (Comércio ou Indústria), R\$ 52,70 (prestação de Serviços) ou R\$ 53,70 (Comércio e Serviços). Entre os benefícios aos trabalhadores informais que passem a atuar como MEIs, estão o direito ao auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria, como nas contribuições que eram feitas diretamente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os resultados das políticas de microcrédito e do MEI levaram o Brasil a ser considerado um país modelo em políticas de microfinanças pela Organização

¹¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (SARAIVA, 2018).

Internacional do Trabalho(OIT). (MATIAS, 2015). O MEI possibilitou a formalização de de cerca de 4 milhões de microempreendedores em 5 anos (2014-2019), conforme demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 3 – Crescimento das MEIs no Brasil



Fonte: Portal do Empreendedor. Acesso em 25/10/2019.

O MEI é considerado um mecanismo para regularizar o circuito informal da economia, como uma resposta aos desequilíbrios da economia de mercado em países em desenvolvimento (MATIAS, 2015). Apesar dos benefícios para a população fora do mercado de trabalho formal, a modalidade amplia os agravantes da precarização do trabalho devido a terceirização e contratação temporária.

Acerca das dificuldades do trabalho e do emprego na atualidade, estudiosos de microfinanças e seus impactos discutem se o acesso ao crédito para a população de baixa renda tem o potencial de gerar emprego, ou, se apenas funciona como ocupação, como parte de um programa social. Ferreira (2018) argumenta que uma política pública que vise garantir o acesso ao crédito à população de baixa renda tem o potencial de gerar trabalho e renda, “[...] promovendo simultaneamente a inclusão financeira e social, contribuindo para que o País atinja o objetivo constitucional de redução da pobreza”.

Enquanto Costa (2010) contrapõe que o nível de emprego depende do crescimento da economia geral, e que a política de inclusão financeira tão somente ocupa e permite o desenvolvimento da atividade produtiva, e que este é o objetivo da política de Microcrédito Produtivo Orientado.

Atualmente, a motivação principal para a abertura de um empreendimento está na escassez de oportunidades no mercado de trabalho formal.

Apesar de ser uma alternativa ao desemprego, as políticas públicas para este segmento devem ser pautadas em:

[...] uma estratégia para conseguir uma maior difusão do crescimento econômico e do emprego, na luta contra a pobreza, em que a iniquidade seja tratada a partir de uma perspectiva não meramente assistencial, mas como um posicionamento que pretende modificar as circunstâncias que causam tais fenômenos, não somente deve incorporar uma lógica de desenvolvimento produtivo, mas desenvolver decididamente uma política econômica para o fortalecimento dos sistemas produtivos locais de forma a complementar com as grandes linhas das políticas produtivas locais de forma a complementar com as grandes linhas das políticas macroeconômica e setorial (LLORENS, 2001,p. 79).

No caso do microcrédito, é necessário compreender a proposta e os objetivos que se pretende alcançar. O Microcrédito Produtivo Orientado, como analisado, é uma alternativa para a população fora do mercado de trabalho formal e tão somente tem a intenção de prover uma forma de subsistência. De acordo com Costa (2010, p.3):

Os bancos do povo não devem ser cobrados pelo que não se propõe a fazer: política de emprego. Os programas de apoio aos trabalhadores informais com viés empreendedor constituem política social. Representam a conquista do direito de produzir e gerar renda por conta própria. Integram os excluídos a economia de mercado. Ocupam, mas não empregam. O nível de emprego formal depende do crescimento da parte capitalista da economia.

Sendo assim, enquanto política redistributiva de alternativa ao desemprego, para mensurar o seu alcance é necessário compreender as diferenças das instituições e as características locais onde atuam.

3.3 BANCO DO POVO PAULISTA

O Banco do Povo Paulista(BPP), criado em 1998, é uma iniciativa do governo do estado de São Paulo, operacionalizado pela Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) em parceria com as prefeituras municipais que tem objetivo de incentivar o crescimento de micro e pequenos empreendedores e de cooperativas, visando a geração de emprego e renda.

O Banco do Povo Paulista foi criado pelo governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, pela Lei 9.533, de 30 de abril de 1997 e que foi regulamentado pelo Decreto 43.283, em 03 de julho de 1998, que determinou que o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo – FUNDO - já existente, criado em 1970, destinasse seus recursos a serem aplicados em micro empreendimentos e micro e pequenas empresas com a finalidade de gerar emprego e renda(MATIAS, 2015, p.31).

São concedidas linhas de crédito destinadas à faixa da população que normalmente não tem sequer conta em banco. Os financiamentos vão de R\$ 200 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e até R\$ 50 mil para a micro e pequena empresa e cooperativas de produção ou de trabalho. Os empréstimos têm juros de 0,35% ao mês (o mais baixo do País) e prazo de pagamento de até 36 meses.

O capital inicial de cada Banco do Povo é de R\$ 500 mil, dividido entre Governo do Estado, responsável pela alocação de 90% do montante investido, e prefeituras, responsáveis pelos 10% restantes. A partir do início da operacionalização da agência e de acordo com a demanda, o capital pode variar.

Como determinado pela PNMPO, o Banco do Povo tem a premissa de levar o banco para mais perto do público, através de visitas de agentes de crédito técnicos treinados pela Secretaria do Emprego. Estes agentes de crédito explicam o sistema de liberação do empréstimo e prestam total assessoria quanto ao funcionamento do programa, desde a tomada do dinheiro até a amortização da dívida.

Entre os objetivos do Banco do Povo Paulista estão:

- Democratizar o acesso ao crédito de pequenos empreendedores que objetivam produzir e crescer, apoiando suas habilidades e experiências de produção e serviços.
- Aumentar a renda familiar.
- Estimular o empreendedorismo e a criação de novos postos de trabalho.
- Oferecer oportunidades reais de melhoria no trabalho e renda, conseqüentemente, trazendo mais desenvolvimento para o município(MATIAS, 2015, p.33).

Já as exigências para o acesso ao crédito, são necessários que empreendedores formais e informais desenvolva atividade produtiva no município em que tenha uma agência do BPP, ter endereço fixo e residir no mínimo 2 anos.

No caso de se tratar de pessoa física, ser maior de idade ou emancipado legalmente, ter faturamento bruto de até R\$360.000,00

nos últimos 12 meses. Para a pessoa jurídica não é necessário residir no local onde pretende abrir ou fomentar o negócio. É indispensável não ter restrições cadastrais no SCPC, SERASA e CADIN estadual.(MATIAS, 2015, p.35)

A garantia exigida pelo BPP é a figura do avalista, que deve ser pessoa física, com residência fixa no Estado de São Paulo, sem restrições cadastrais, que pode ser conjugue ou parente de primeiro grau desde que não seja sócio ou funcionário do negócio a ser financiado. A comprovação de renda para empréstimos abaixo de R\$7.500,00 reais não é exigida.

Já sobre as modalidades de crédito, documento fornecido pelo agente de crédito do BPP de Franca informa:

São duas modalidades de crédito oferecidas pelo BPP:

- Capital de Giro: conserto equipamentos, veículos e máquinas, mercadorias, mercadorias para locação, equipamentos de informática, matéria-prima, publicidade e divulgação e reforma do empreendimento. Para produtores rurais: sementes, insumos, fertilizantes, animais para comercialização, cria, recria, engorda e produção de leite, mel, ovos e mudas.
- Investimento Fixo: compra de máquinas, equipamentos, ferramentas a serem utilizados no empreendimento (automóvel, utilitário, caminhoneta, caminhão, ciclomotor, motocicleta, trator e barco) (SÃO PAULO, 2013, p. 1).

Na próxima seção será descrita a metodologia de pesquisa, seguido da caracterização do município de Franca e a discussão dos resultados da pesquisa.

4 O MUNICÍPIO DE FRANCA

Situada no nordeste do Estado de São Paulo, a cidade de Franca tem população estimada em 347.237 habitantes (FUNDAÇÃO SEADE, 2019). É cidade sede da Região Administrativa de Franca, composta por 23 municípios.

A formação econômica da cidade foi baseada na produção agrícola, inicialmente através do gado, passando para o café como atividade principal a partir de 1940 (BRAGA FILHO, 2000). A criação de gados de corte resultou no surgimento do primeiro curtume, dando início a produção de artefatos de couro. A partir da década de 1920 deu-se início a produção manufatureira de calçados, chegando em 1950, como um importante pólo da indústria de calçados brasileira. Em 1960, a exportação se tornou foco do comércio calçadista, principalmente para os Estados Unidos. Segundo Braga Filho (*apud* CARNEIRO, TABAH, 2016):

Ao final da década de 70, a indústria de calçados de Franca já atingia uma produção física extremamente significativa, isto é, produzia o equivalente a 8% da economia brasileira que era de 323,8 milhões de pares.

As exportações de calçados do Brasil, de 1970 a 1979 experimentaram um crescimento vertiginoso, pois dos quatro milhões de pares em 1970, atingem em 1979 os 42 milhões de pares exportados, resultando um aumento de 950% no período. O preço médio que era de US\$ 2,19 em 1970, atinge US\$ 8,39 em 1979 (BRAGA FILHO, 2000, p.110).

Apesar da forte dependência da concentração da atividade básica do calçado, sendo um dos três clusters calçadistas do Estado, houve o surgimento de diferentes atividades econômicas correlatas, configurando um processo de aglomeração industrial. A região de Franca ficou conhecida como o maior polo calçadista do país, principalmente devido a sua característica de forte especialização em calçados masculinos de couro.

A cidade de Franca até 1940 era predominantemente de origem agrícola. Na década de 50, a indústria calçadista expandiu a sua capacidade de produção, atraindo fluxo migratório do campo para a cidade contribuindo para o aumento da população local. Com o crescimento da população e o desenvolvimento da indústria, o consumo local aumentou e conseqüentemente o comércio e os serviços se desenvolveram. Entretanto na década de 1990, a exposição da indústria calçadista à concorrência internacional decorrente da abertura comercial praticada pelo governo federal

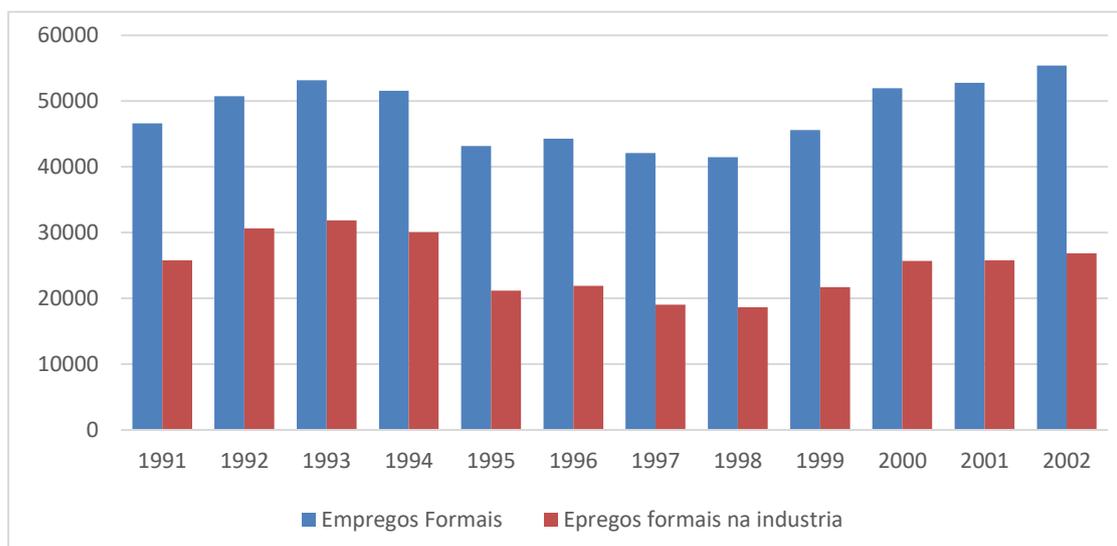
(Collor e FHC-1) culminou com o desaparecimento das grandes e tradicionais plantas industriais sediadas no município provocando, por sua vez, o desemprego e a imoderada ampliação da informalidade. (BRAGA FILHO, POUSA, 2009, p.110).

A partir de 1985, a exportação de calçados teve grande redução (CARNEIRO, TABAH, 2016). Em 1994, a influência do Plano Real afetou diretamente a situação da indústria calçadista franca, além do cenário externo desfavorável. Já partir de 1990, as indústrias buscaram uma reorganização industrial visando aumentar sua vantagem competitiva, que seriam o diferencial para a superação da crise:

Importante característica adotada por esta reorganização industrial da década de 90, comenta Braga Filho (2000), que as indústrias de médio e grande portes passaram a transferir algumas etapas de sua produção às indústrias de micro e pequeno portes, constituindo assim um processo de terceirização. A terceirização foi uma das diversas alternativas adotadas na reorganização industrial da década de 90, que possibilitou maior empregabilidade, devido ao aumento exponencial de indústrias (CARNEIRO, TABAH, 2016, p. 3).

O gráfico 5, demonstra os vínculos ativos totais e vínculos ativos na indústria entre 1991 e 2002. O período de abertura econômica reduz significativamente o volume de empregos formais na indústria.

Gráfico 4 – Vínculos ativos e vínculos ativos na indústria em Franca-SP de 1991 a 2002



Fonte: Ministério do Trabalho, CAGED/RAIS. Elaborado pela autora.

Enquanto ocorre a redução de empregos ocupados na indústria, o setor de serviços e comércio avançaram no mesmo período. Isso indica que parte do desemprego foi absorvido pelo dinamismo destes setores. A Tabela 2, indica o percentual de participação dos setores nos vínculos formais entre 1991 e 2002.

Tabela 2 - Participação percentual dos setores no nível de empregos formais em Franca-SP entre 1991-2002

| Ano | Agropecuária | Construção | Indústria | Comércio | Serviços |
|------|--------------|------------|-----------|----------|----------|
| 1991 | 0,45 | 2,57 | 55,31 | 12,12 | 24,41 |
| 1992 | 0,89 | 1,5 | 60,37 | 10,7 | 22,21 |
| 1993 | 1,2 | 1,55 | 59,93 | 11,33 | 20,55 |
| 1994 | 1,77 | 2,28 | 58,31 | 13,6 | 21 |
| 1995 | 2,05 | 2,94 | 49,08 | 15,98 | 29,58 |
| 1996 | 2,09 | 2,96 | 49,42 | 15,64 | 29,73 |
| 1997 | 2,62 | 3,37 | 45,23 | 17,28 | 31,48 |
| 1998 | 2,61 | 3,36 | 44,92 | 17,74 | 31,37 |
| 1999 | 2,47 | 2,46 | 47,65 | 17,95 | 29,46 |
| 2000 | 1,75 | 2,69 | 49,4 | 17,09 | 29,06 |
| 2001 | 1,86 | 1,86 | 48,9 | 18,99 | 28,39 |
| 2002 | 1,93 | 1,93 | 48,43 | 19,43 | 28,27 |

Fonte: Fundação SEADE – IMP. Elaborado pela autora.

A partir do processo de abertura econômica, a estratégia utilizada para manter a competitividade foi a redução de custos através da terceirização das atividades meio da confecção de calçados. Neste período, a população que não foi empregada pelos setores de comércio e serviços, voltou-se a reprodução as atividades meio da fabricação de calçados em suas próprias casas ou em locais adaptados para início das “bancas”. O início das atividades do Banco do Povo na cidade, em 1999, auxiliou o processo de terceirização da indústria.

Apesar da retomada do emprego com os resultados macroeconômicos em 2003, o setor industrial da cidade continuou a perder espaço. Em 2004, a participação da indústria no valor adicionado foi de 31,51%, já em 2010 chegou a 24,29%, conforme demonstrado na tabela 3. Verifica-se que durante o período de crise econômica, entre 2014 e 2016, o setor industrial volta a ter maior participação no valor adicionado.

Tabela 3 - Participação setorial no valor adicionado na cidade de Franca 2003-2016 (Em %)

| Ano | Agronegócio | Indústria | Serviços |
|------|-------------|-----------|----------|
| 2003 | 0,87 | 28,83 | 70,31 |
| 2004 | 1,12 | 31,51 | 67,37 |
| 2005 | 0,84 | 29,52 | 69,64 |
| 2006 | 1,36 | 26,66 | 71,97 |
| 2007 | 1,34 | 24,07 | 74,59 |
| 2008 | 1,18 | 22,58 | 76,24 |
| 2009 | 0,55 | 22,2 | 77,24 |
| 2010 | 1,37 | 24,29 | 74,34 |
| 2011 | 0,72 | 26,14 | 73,14 |
| 2012 | 0,74 | 24,98 | 74,29 |
| 2013 | 0,60 | 23,49 | 75,91 |
| 2014 | 0,84 | 21,79 | 77,36 |
| 2015 | 0,50 | 29,55 | 69,94 |
| 2016 | 0,86 | 28,37 | 70,78 |

Fonte: Fundação Seade. IMP. Elaborado pela autora.

Apesar da participação da indústria ter aumentado, o impacto no nível de emprego não foi expressivo,

Com a crise em 2014, tem início um novo processo de terceirização e informalidade devido ao desemprego. Na tabela 4 pode-se perceber o número de vínculos ativos entre 2013-2018 e os setores de atividade mais afetados. De 2013 a 2018, o número de empregos formais foi reduzido em 7.302 vagas, e o setor mais afetado foi a indústria com redução de 8.400 vagas. No caso do setor de serviços, houve ampliação de 3.056 vagas.

Tabela 4 – Vínculos ativos em Franca-SP entre 2013 a 2018

| Períodos | TOTAL DE VÍNCULOS ATIVOS | Agricultura | Indústria | Serviços | Comércio | Construção |
|----------|--------------------------|-------------|-----------|----------|----------|------------|
| 2013 | 92.035 | 918 | 35.406 | 27.717 | 24.637 | 3.357 |
| 2014 | 89.794 | 877 | 31.565 | 28.739 | 25.044 | 3.569 |
| 2015 | 85.991 | 955 | 28.226 | 29.833 | 23.791 | 3.186 |
| 2016 | 84.688 | 948 | 27.450 | 30.730 | 23.004 | 2.556 |
| 2017 | 84.840 | 1.010 | 27.008 | 30.773 | 23.309 | 2.740 |
| 2018 | 84.733 | 1.046 | 25.586 | 31.748 | 23.839 | 2.515 |

Fonte: Ministério do Trabalho. CAGED/RAIS. Elaborado pela autora.

Como visto anteriormente, o impacto da crise faz as pessoas se voltarem a informalidade, ocupações temporárias ou ao empreendedorismo. No

caso de PMEs e grandes empresas da cidade, o número de empresas abertas não teve aumento expressivo diante da crise. Já as empresas que finalizaram suas atividades, houve variação positiva de 31% em 2016 e 32% em 2017.

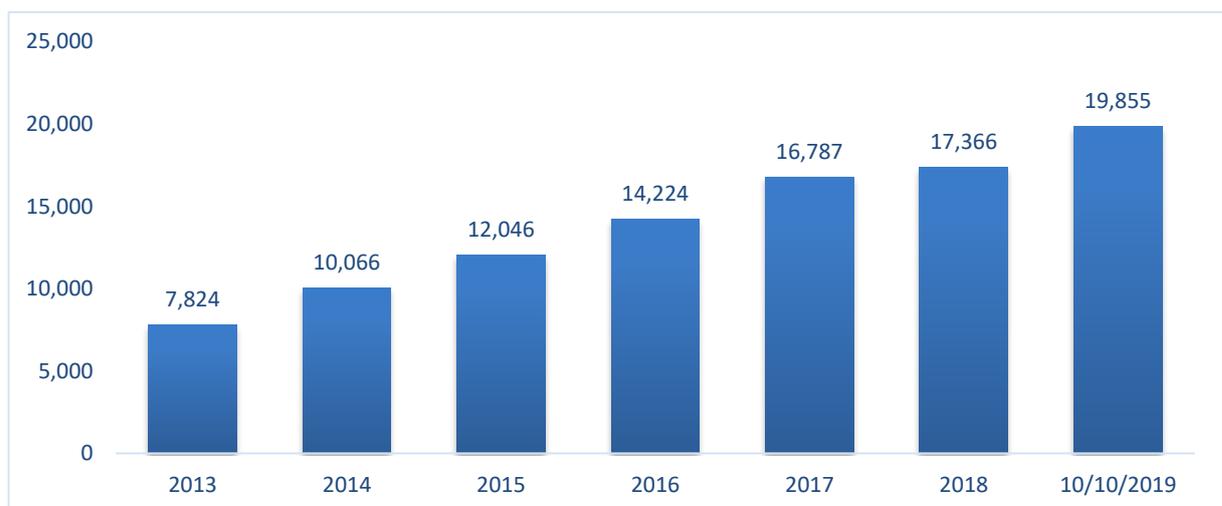
Tabela 5 - Abertura de empresas em Franca-SP - 2013 a 2018

| Ano | Total de empresas abertas | Variação % | Total de empresas fechadas | Variação % |
|------|---------------------------|------------|----------------------------|------------|
| 2013 | 4217 | - | 730 | - |
| 2014 | 4338 | 3 | 791 | 8 |
| 2015 | 4256 | -2 | 922 | 17 |
| 2016 | 4731 | 11 | 1209 | 31 |
| 2017 | 3422 | -28 | 1598 | 32 |
| 2018 | 2030 | -41 | 1972 | 23 |

Fonte: Junta Comercial do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora.

No caso de Microempreendedores Individuais (MEIs), o quadro refletiu no número de cadastros ativos nesse período, que saltou de 7.824 em 2013 para 17.366 em 2018. Embora o MEI represente uma forma de formalização da atividade profissional, é importante ressaltar que a modalidade é uma resposta ao desemprego crescente e a informalidade.

Gráfico 5 - Variação no número de Microempreendedores Individuais em Franca-SP de 2013 a 2018



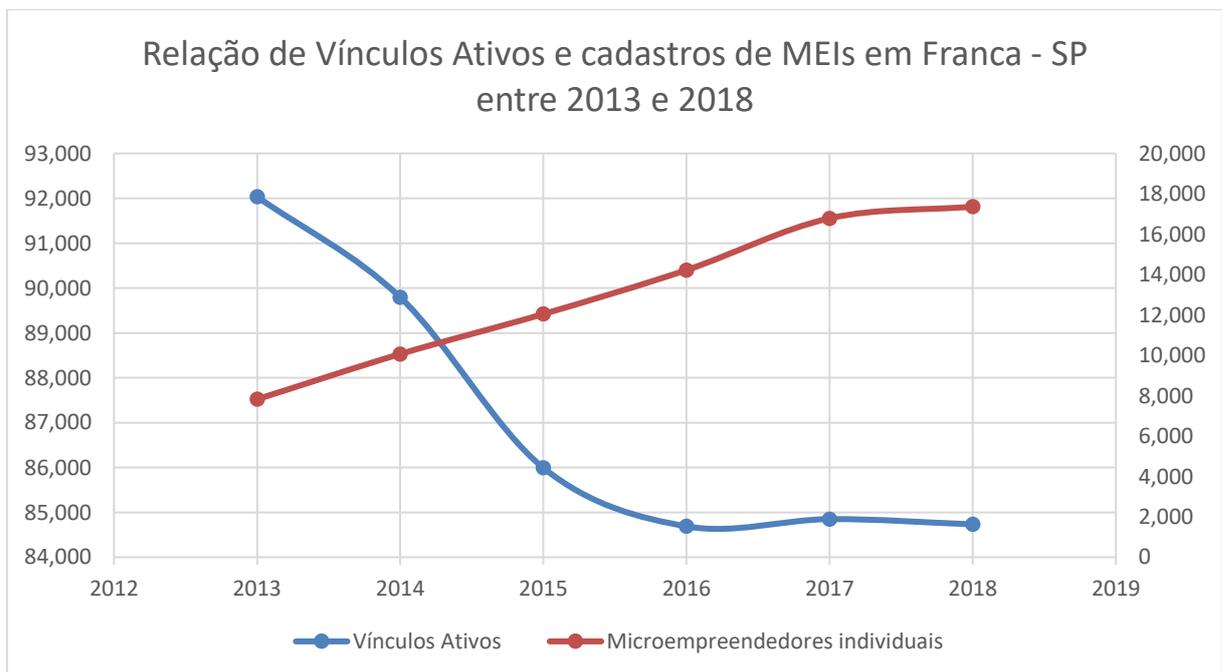
Fonte: Portal do Empreendedor. Acesso em 20/10/2019. Elaborado pela autora.

Na seção seguinte serão analisados os resultados da pesquisa empírica.

4.1 RESULTADOS

Conforme analisado anteriormente, a crescente variação no número de Microempreendedores individuais confirma a lenta recuperação do emprego após a crise. Na cidade de Franca, isso representa a redução de 7.302 postos de trabalho formais. O gráfico 6 demonstra a relação entre a redução de postos de trabalho e a variação no número de cadastros ativos do MEI. Apesar de ser permitida a contração de um funcionário por cadastro do MEI, a relação confirma como o Microempreendedor Individual não altera o volume de emprego geral.

Gráfico6 – Vínculos ativos e cadastro de MEIs em Franca-SP entre 2013 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora.

O perfil dos MEIs é composto da seguinte forma: 53% tem entre 21 a 40 anos, e 6,5% são pessoas acima de 61 anos¹². O público masculino representa

¹² Dados do Portal do Empreendedor.

54% do total. O número de MEIs por setor e gênero, no ano de 2019, segue na tabela 6.

As principais atividades estão descritas na tabela 7. O setor industrial representa somente 15,8% do total de Microempreendedores. Este número indica duas hipóteses: 1- a atividade calçadista terceirizada perdeu espaço após o crescimento da década de 2000; e 2- a atividade calçadista terceirizada continua na informalidade, apesar da ampliação no acesso ao MEI.

Tabela 6 - Número de MEIs em Franca em 2019 por setor e gênero em 2019

| SETOR | TOTAL | MASCULINO | FEMININO | PARTICIPAÇÃO % |
|--------------|--------|-----------|----------|----------------|
| AGROPECUÁRIA | 34 | 26 | 8 | 0,17 |
| INDUSTRIA | 3.138 | 1.515 | 1.623 | 15,80 |
| SERVIÇOS | 11.246 | 5.082 | 6.164 | 56,64 |
| COMÉRCIO | 3.007 | 1.697 | 1.310 | 15,14 |
| CONSTRUÇÃO | 2.430 | 2.315 | 115 | 12,24 |
| TOTAL | 19.855 | 10.635 | 9.220 | 100 |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Portal do Empreendedor.

Tabela 7 - Principais atividades do MEI em Franca até 10/10/2019

| CÓDIGO CNAE | ATIVIDADE | NÚMERO DE MEIs |
|-------------|--|----------------|
| 4781400 | Comércio Varejista de vestuário e acessórios | 1.783 |
| 9602501 | Cabeleireiros | 1.603 |
| 4399103 | Obras de alvenaria | 1.044 |
| 1531902 | Acabamento de calçados de couro sob contrato | 865 |
| 7319002 | Promoção de vendas | 643 |
| 4782201 | Comércio varejista de calçados | 624 |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Portal do Empreendedor.

As principais atividades desenvolvidas pelos Microempreendedores individuais são do setor de serviços e que dependem do consumo das famílias. Ou seja, o número de pessoas exercendo tais atividades não é compatível com a capacidade de absorção do mercado diante de um cenário ainda de incertezas devido a recuperação da economia.

Estes dados representam a baixa contribuição dos MEIs para o desenvolvimento econômico local, já que as atividades são de baixo valor agregado e capacidade técnica reduzida.

Em relação a unidade de Franca do Banco do Povo Paulista tem um fundo total de R\$7 milhões disponível para empréstimo. Todo capital concedido como crédito e os juros retornam para este fundo para serem novamente emprestados como microcrédito produtivo orientado.

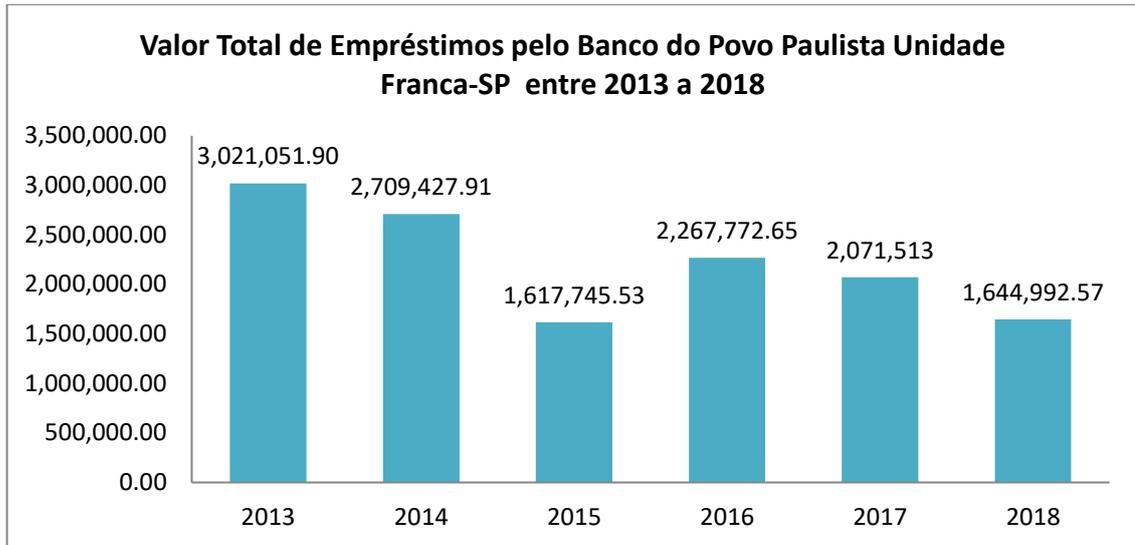
A entrevista foi realizada com um dos três agentes de crédito do banco. Fui informada de que o número de agência operava com quadro de funcionários reduzido desde 2016, com ausência de um agente de crédito e um funcionário de atendimento inicial. Este fato contribuiu para a limitação das atividades dos Agentes de Crédito.

A solicitação do crédito acontece presencialmente, na qual são necessárias informações sobre a atividade exercida e uma espécie de plano de negócios para avaliação, devem ser anexadas fotos para análise. Os contratos levam até trinta dias para serem aprovados. As visitas dos Agentes acontecem de forma pontual em situações de inadimplência.

O conceito de inadimplência utilizado pela instituição é de atraso de pagamento de 90 a 180 dias, pois após esse período não há expectativa de recuperação do montante emprestado. De acordo com informações do Banco do Povo de São Paulo, a atual taxa de inadimplência da Unidade de Franca está em 2%. Não há informações sobre os anos anteriores. A Unidade foi considerada a mais eficiente nos anos de 2013 e 2014.

Em relação ao volume de crédito concedido pelo Banco do Povo Paulista Unidade de Franca entre 2013 a 2018, o volume de empréstimos não acompanhou a variação do número MEIs. Em 2015, primeiro ano de resultado negativo do PIB brasileiro, a redução do montante emprestado foi devido a contração dos investimentos do poder público para quaisquer áreas, entre elas para o Microcrédito.

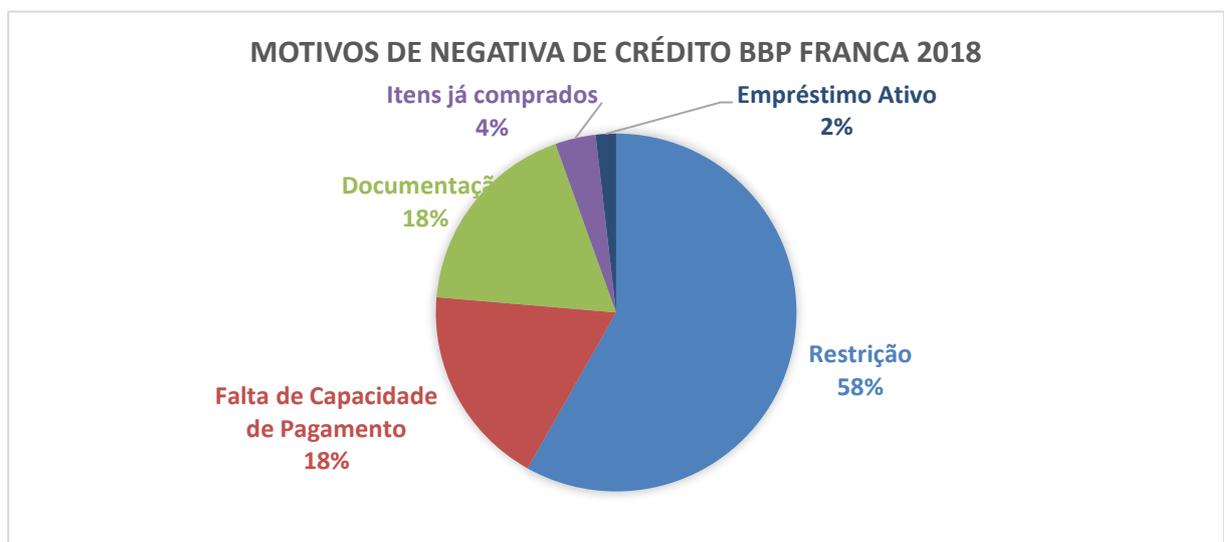
Gráfico 7– Empréstimos pelo Banco do Povo Paulista em Franca entre 2013-2018



Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2018 houve uma nova redução no montante emprestado, e a razão o número de empréstimos negados. No gráfico 9, estão elencadas as razões para a não realização do empréstimo. O principal motivo para a recusa da solicitação do empréstimo se deve a restrição cadastral, isto é, o endividamento de pessoa física ou jurídica. Devido à falta de informações, muitas pessoas fazem cadastro no MEI e não pagam a contribuição, e quando vão solicitar o empréstimo são notificadas da dívida junto a receita federal pelos encargos não pagos.

Gráfico 8 – Motivos de negativa de crédito BBP em Franca



Fonte: Elaborado pela autora.

Este resultado pode indicar como o acesso a serviços financeiros sozinho não garante ampliação da qualidade de vida e de oportunidades, como mencionado anteriormente. A falta de educação financeira reflete em todos os aspectos da população de baixa renda.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o desenvolvimento econômico local e o microcrédito na cidade de Franca. Segundo a literatura sobre o DEL, este é considerado como o incremento a produtividade como resultado de políticas locais de organização entre os atores do território. Segundo este conceito, foi constatado que o Microcrédito tem pouca relevância, pois é direcionado a microempreendedores individuais, cuja produção não gera empregos e sim ocupação como alternativa ao desemprego.

Quando o resultado é analisado sob a ótica individual, em que o desenvolvimento requer a subtração das limitações impostas aos indivíduos, o microcrédito é entendido como a expansão das liberdades dos indivíduos para que possam escolher seu próprio destino.

Apesar dos efeitos adversos da informalidade e do microempreendedorismo individual, apenas a oportunidade de exercer uma atividade produtiva e dela obter rendimentos já consiste na remoção da limitação imposta pelo desemprego. Ou seja, do ponto de vista individual, o micro crédito possibilita que esse processo aconteça, independente dos impactos no território a longo prazo ou da sobrevivência dessas iniciativas individuais.

De acordo com os dados levantados, as operações de microcrédito realizadas pelo Banco do Povo são voltadas aos Microempreendedores Individuais e microempresas, na maioria para capital de giro, e que mesmo sendo esta uma alternativa ao desemprego, muitas pessoas não conseguem o empréstimo devido a restrições.

A política pública requer maior avaliação para quantificar o alcance no território e seus resultados pois o sistema de dados não possui relatórios sobre o perfil dos clientes e outras especificações;

Os dados permitem concluir que o programa cumpre com o objetivo de gerar ocupação e renda, como política social, de apoio ao empreendedor. Ainda assim, para que a atividade produtiva individual legalizada seja uma escolha de oportunidade é necessário melhorar a articulação entre os programas de capacitação antes e durante a iniciativa empreendedora, além de educação financeira.

Para que o trabalho produtivo seja uma opção de autonomia da população de baixa renda é necessário fornecer serviços de educação financeira e capacitação técnica. Dessa forma as ferramentas de política pública voltadas a geração de trabalho produtivo não serão somente uma medida de curto prazo mas também uma alternativa profissional que pode ser bem sucedida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. Annablume 2004.

ARAÚJO, Marley Rosana M. MORAIS, Katia Regina S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 20, n. 1, p.1-13, 2017.

ARMANDÁRIZ, Beatriz; MORDUCH, Jonathan. *The Economics of microfinance*. 2nd ed. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução n. 4.000 de 25 de agosto de 2011*. Altera e consolida as normas que dispõem sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4000>> Acesso em: 3 out. 2019.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Crescimento do PIB: Dilma x Lula. *Conjuntura Econômica*, p. 40-41, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21020-38643-1-PB.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2019.

BARONE, Francisco Marcelo. LIMA, Paulo Fernando. DANTAS, Valdi. *et al. Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: _____. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro. 2000.

BORGES, Claudia Moreira. *Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: Análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São Jose do Rio Preto*. 2007. 2019 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-23072007-094047/publico/ClaudiaMoreiraBorges.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2019.

BRAGA, Hélio Filho *Globalização em Franca: reorganização industrial e a economia informal*. Hélio Braga Filho. Franca-SP, 2000.

_____; POUSA, Jonatan. *Qualidade de vida uma vertente do desenvolvimento local*. 2009. Disponível em: http://pos.unifacef.com.br/_livros/Economia_Desenv/Artigos/Jonatan_Helio.pdf Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Síntese do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976)*. Diagnóstico geral da economia brasileira: política econômica internacional. Brasília, DF: Epea maio 1966.

BRASIL. Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília-DF: 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso em: 30 out. 2019.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARNEIRO, Mateus Borges; TABAH, June. A relação entre as indústrias de máquinas e as indústrias calçadistas do arranjo produtivo local (APL) de Franca/SP. *Revista Científica Integrada*, v. 2, p. 61-72, 2016. Disponível em: <<https://www.unaerp.br/documentos/2049-a-relacao-entre-as-industrias-de-maquinas-e-as-industrias-calcadistas-do-arranjo-produtivo-local-apl-de-franca-sp/file>> Acesso em: 27 out. 2019.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 2001.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Microcrédito no Brasil*. Texto para Discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 175, abr. 2010.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira C. Ferreira; DODL, Alessandra Von Boroiski. (Coords.). *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FERRARINI, Adriane Vieira. *Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação de pobreza*. Interações, Campo Grande. v 13, n 2, p.233-241. Julho/dezembro 2012.

FERREIRA, Francisco Fernando Viana. *O papel do microcrédito como gerador de emprego e renda: uma análise dos municípios brasileiros*. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/francisco_fernando_ferreira_viana.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019.

FONTES, Viginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*. v.5,n. 8, p. 1-23,jan./jun. 2017.

FUNDAÇÃO SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. 2019. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

GALLICCHIO, E. La experiencia del Centro Latinoamericano de Economía Humana(CLAEH) en la construcción de alianzas para el desarrollo local. *Análisis de tres experiencias*. Conferencia en Asamblea General de ALOP. Antigua Guatemala, Guatemala. 9 de mayo de 2002.

GOLDFJAN, Ilan. Década de 2000. In. RESENDE, André L.; FRAGA NETO, Armínio; BACHA, Edmar *et al.* (Orgs.). *Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020*. Fev. 2018. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/02/180207ECONOMIA-BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 28 out. 2019.

HERMOSA, JAIME Del Castillo. *Manual de desarrollo local*. Gobierno Vasco, Departamento de Economía y Hacienda 1994. (Serie Estudios).

IPEA. O Brasil em 4 décadas. *Texto para Discussão 1500*. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf> Acesso em: 29 out. 2019.

JACOMETE, Bruno de Oliveira. *O papel das micro e pequenas empresas na economiabrasileira*. Franca: Uni-FACEF, 2018.

KUMAR, Anjali. *Brasil: Acesso a serviços financeiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmen Aparecida de. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. *Revista de Econômica Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 118-138, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000100006> Acesso em: 30 out. 2019.

LIMA, Ana Luiza Codes. Abordagens Teóricas sobre o desenvolvimento econômico local: ideias inovadoras no debate sobre essa antiga questão. *O&S*, Salvador, v. 7, n. 18, p. 159-182, maio/ago. 2000.

LIMA, João Marcelo da Costa e Silva. *Descentralização, regulação e desenvolvimento econômico local*. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Regulação)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

LLORENS, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova política*. Tradução de Antonio Rubens Pompeo Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2062/1/Desenvolvimento%20Economico%20Local_P.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019.

MALAN, Pedro S. Década de 1970. In. RESENDE, André L.; FRAGA NETO, Armínio; BACHA, Edmar *et al.* (Orgs.). *Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020*. Fev. 2018. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/02/180207ECONOMIA-BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 28 out. 2019.

MARTINS, Norberto Montani. Ensaio sobre a “nova” travessia (ou: O programa de ajuste econômico do segundo governo Dilma: uma nova investida neoliberal?). *Texto para discussão 021*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MATIAS, Maria Magali. *A espacialidade do sistema de microcrédito no município de Limeira: o Banco do Povo Paulista*. 2015. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharel em Geografia)- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.

MENDES, Tatyane. O que é uberização do trabalho e qual o impacto dela. *NaPrática.org*. 2019. Disponível em: <<https://www.napratica.org.br/o-que-e-a-uberizacao-do-trabalho/>> Acesso em: 28 out. 2019.

MESQUITA, Mário. Década de 1980. In. RESENDE, André L.; FRAGA NETO, Armínio; BACHA, Edmar *et al.* (Orgs.). *Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020*. Fev. 2018. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/02/180207ECONOMIA-BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 28 out. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Programa de disseminação das estatísticas do trabalho*. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2019.

MOURA, Suzana A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 5, n. 12, p. 37-57, ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92301998000200002> Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.

PELEGI, Alexandre. Com 600 mil motoristas cadastrados e faturamento de R\$ 3,7 bilhões, Brasil é segundo maior mercado da Uber no mundo. *Diário do Transporte*, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2019/04/22/com-600-mil-motoristas-cadastrados-e-faturamento-de-r-37-bilhoes-brasil-e-segundo-maior-mercado-da-uber-no-mundo/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

PORTAL DO EMPREENDEDOR-MEI. *Estatísticas*. 2019. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. *Microempreendedor Individual*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/quero-ser/formalize-se/O-que-e-ser-um-mei>>. Acesso em: 10 NOV. 2019.

RIBEIRO, Patrícia T. A descentralização da ação governamental no Brasil dos anos noventa: desafios do ambiente político-institucional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, p. 819-828, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232009000300017&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 2 nov. 2019.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. *Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica: Nota do Cecon*, n.1, abr. 2017. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf> Acesso em: 3 nov. 2019.

SANTOS, Ana Lúcia C.; BARROS, Lucas A. B. C.; TAKEDA, Tony *et al.* Efeitos de mudanças regulatórias no microcrédito no desempenho financeiro e social de cooperativas de crédito brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 30, n. 81, p.338-351, set.dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772019000300338&script=sci_arttext&tIng=pt> Acesso em: 10 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Banco do Povo Paulista de Franca já emprestou R\$ 16,8 milhões. *Portal do Governo do Estado*, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/banco-do-povo-paulista-de-franca-ja-emprestou-r-16-8-milhoes/>> Acesso em: 30 set. 2019.

_____. Banco do Povo Paulista bate recorde e empresta R\$ 225 mi em 2014. *Portal do Governo do Estado*, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/banco-do-povo-paulista-bate-recorde-e-empresta-r-225-mi-em-2014/>> Acesso em: 30 set. 2019.

SARAIVA, Adriana. Desemprego cai para 11,6%, mas informalidade atinge nível recorde. *Agência IBGE Notícias*, 28 dez. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde>> Acesso em: 12 nov. 2019.

SEBRAE. *Tudo que você precisa saber sobre o MEI*. 2019. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo. Companhia das letras. 2000.

SOUZA, Luciana Rosa de; NASCIMENTO, Fernanda Silva. *Nova matriz econômica e queda nas taxas de lucros: a política econômica e economia política entre 2011-2016*. 2019. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessos-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa29/293.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019.

SUAREZ, A. R. *El desarrollo regional*. Santafé de Bogot. Colombia: Esap, 1993.

ZAPATA, T.; PARENTE, S.; ARNS, P. C. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org). *Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias*. Rede DLIS: 2001.